

**GREENPEACE**

**COMENDO  
A AMAZÔNIA**



# SUMÁRIO

<b>OS NÚMEROS DA DESTRUIÇÃO – PRINCIPAIS FATORES</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO: A VERDADE POR TRÁS DO GRÃO</b>	<b>8</b>
<b>COMO A SOJA EMPURRA A FRONTEIRA AGRÍCOLA EM DIREÇÃO À FLORESTA</b>	<b>13</b>
<b>QUEM LUCRA COM A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA?</b>	<b>17</b>
<b>OS CUSTOS AMBIENTAIS DA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA E DA MONOCULTURA DA SOJA</b>	<b>21</b>
<b>TERRA SEM LEI: CRIMES LIGADOS À EXPANSÃO DA SOJA NA AMAZÔNIA</b>	<b>27</b>
<b>CARGILL EM SANTARÉM: A MAIS CULPADA DAS MULTINACIONAIS DE SOJA</b>	<b>37</b>
<b>CORPORAÇÕES EUROPÉIAS: CÚMPLICES NA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA</b>	<b>41</b>
<b>ESTRATÉGIAS PARA PROTEGER A AMAZÔNIA E O CLIMA GLOBAL</b>	<b>48</b>
<b>DEMANDAS</b>	<b>51</b>
<b>ANEXO UM – GUIA PARA RASTREAR A SOJA</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO DOIS – UMA CURTA HISTÓRIA DA SOJA TRANSGÊNICA, BRASIL E MERCADO EUROPEU</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>56</b>
<b>NOTAS FINAIS</b>	<b>60</b>

*...a decisão do governo de proibir o corte de castanheiras não conseguiu proteger a espécie da expansão da fronteira agrícola<sup>140</sup>. Quando os fazendeiros limpam a terra para plantar soja, eles deixam as castanheiras isoladas no meio das monoculturas. Geralmente, o fogo usado para limpar a terra mata estas árvores.*



# OS NÚMEROS DA DESTRUIÇÃO – PRINCIPAIS FATORES

## O CENÁRIO:

A floresta tropical amazônica é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. Abriga cerca de 10% dos mamíferos do mundo<sup>1</sup> e aproximadamente 15% das espécies conhecidas de plantas. Chega a ter mais de 300 espécies de árvores em um único hectare<sup>2</sup>.

A região também é lar para cerca de 220 mil indígenas de 180 grupos distintos<sup>3</sup>, além de muitas comunidades tradicionais como ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. A floresta é fundamental para a sobrevivência desses povos, fornecendo alimentação, moradia, utensílios e medicamentos, além de desempenhar importante papel em sua vida espiritual. O futuro da floresta e de seus povos, porém, vem sendo ameaçado pelo desmatamento e crimes relacionados, como grilagem de terras e trabalho escravo, que são cometidos em nome do progresso e dos lucros com o comércio das commodities agrícolas, como a soja.

## O CRIME:

Desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu, em janeiro de 2003, cerca de 70.000km<sup>2</sup> de florestas foram destruídos na Amazônia<sup>4</sup>.

Entre agosto de 2003 e agosto de 2004, 27.200km<sup>2</sup> de florestas foram desmatados na região. Três quartos dessa destruição foram totalmente ilegais<sup>5</sup>. Todos os dias perde-se uma área de 10 km de extensão por 7,5km de largura. Mais de 3km<sup>2</sup> por hora. Um campo de futebol a cada oito segundos<sup>6</sup>.

Entre 2004 e 2005, cerca de 1,2 milhão de hectares de soja (5% do total da produção nacional) foram plantados no bioma Amazônia<sup>7</sup>.

Trabalho escravo tem sido utilizado para desmatar a floresta para agricultura. Mato Grosso e Pará, os dois estados da Amazônia que lideram o avanço da soja em direção à floresta, são responsáveis por mais da metade dos registros de trabalho escravo no Brasil<sup>8</sup>. Entre 2003 e 2004, foram identificados pelo governo federal cerca de 8,7 mil escravos nos dois estados.

Mais de 75% das emissões de gases que provocam efeito estufa no Brasil provêm de desmatamento e queimadas, a maioria (59%) na Amazônia<sup>9</sup>. Embora pouco industrializado em relação aos países desenvolvidos, o Brasil é o quarto maior poluidor do clima do mundo.

## OS CRIMINOSOS:

Três multinacionais norte-americanas do setor agrícola – Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill – são responsáveis por pelo menos 60% de todo o financiamento da produção de soja no Brasil. De acordo com a revista Veja (edição de 10 de maio de 2006) as três multinacionais financiaram R\$ 30 bilhões para produtores rurais na safra 2005/2006. Juntas, as três companhias controlam também mais de três quartos da capacidade de processamento de soja na Europa, destinada principalmente para a produção de óleo e ração animal<sup>10</sup>.

Com cerca de 13 silos na Amazônia e um porto graneleiro construído ilegalmente em Santarém, a Cargill estimula a invasão da soja na região – impulsionando a grilagem de terras, o estabelecimento de fazendas e de infra-estrutura para escoar a produção de soja amazônica para o mercado internacional. Bunge e ADM têm, respectivamente, seis e quatro silos na região<sup>11</sup>.

## PARCEIROS NO CRIME:

80% da produção mundial de soja são destinados à produção de ração animal<sup>12</sup>.

A crescente demanda por soja para alimentar animais na Europa tem impulsionado a expansão da fronteira agrícola na Amazônia. A Europa compra metade da soja exportada pelo Mato Grosso, estado responsável por 90% da produção total de soja no bioma Amazônia. A soja produzida na floresta vai parar nas prateleiras dos supermercados e nas redes de fast food da Europa.



...A MATA MAT...  
LEVANTE A AMAZÔNIA  
SALVE O QUE É NOSSO



*Desde 1998, o Greenpeace vem trabalhando junto com as comunidades locais na Amazônia, investigando e expondo as principais ameaças à maior floresta tropical do planeta, e confrontando os responsáveis por essa destruição criminoso. Para aumentar a efetividade de nossa ação, temos uma equipe especializada em mapeamento para analisar imagens de satélite e identificar áreas de florestas primárias sob pressão de atividades humanas, como abertura de estradas na floresta, desmatamentos e exploração ilegal de madeira. Esse trabalho é complementado com sobrevôos e investigações em campo.*

# INTRODUÇÃO: A VERDADE POR TRÁS DO GRÃO

## A INVASÃO DA SOJA NA AMAZÔNIA

No início de 2003, o governo brasileiro lançou um plano para conter o desmatamento na Amazônia. Em 2004-2005, o índice de desmatamento – que chegara à maior taxa em 10 anos – retornou à média dos últimos 25 anos, cerca de 18.000km<sup>2</sup> por ano<sup>13</sup>.

Desde 2004, o Greenpeace passou a documentar uma nova e poderosa atividade destrutiva na Amazônia: a indústria da soja. Investigações em campo, sobrevôos, entrevistas com comunidades, representantes de empresas e políticos, análises de imagens de satélite, cruzamento de dados de exportações, rastreamento de navios e uma série de outras técnicas permitiram ao Greenpeace elaborar um quadro preliminar dessa indústria predatória. Este relatório apresenta nossas considerações iniciais.

No coração da destruição da Amazônia, o Greenpeace identificou três multinacionais norte-americanas do setor agrícola: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill. Essas empresas têm o monopólio do processamento da soja (farelo e óleo) na Europa, abastecendo a lucrativa indústria de ração para animais com ingrediente barato e com alto teor de proteínas – atendendo à crescente demanda europeia por leite, ração animal e carne barata.

Essas empresas operam em todos os segmentos da cadeia produtiva: elas compram, fornecem, processam e financiam o cultivo da soja na Amazônia. E estão se instalando na região com a construção de silos e infra-estrutura para processamento, impulsionando a grilagem de terras e encorajando o estabelecimento e a expansão de fazendas ilegais, e viabilizando suas operações com a infra-estrutura já montada.

## POR QUE A SOJA ESTÁ NA AMAZÔNIA?

Multinacionais como ADM, Bunge e Cargill se estabeleceram na Amazônia porque sabem que podem ganhar dinheiro fácil apesar da destruição da floresta. Elas atraem fazendeiros, fornecendo sementes, agrotóxicos, crédito e infra-estrutura necessária para armazenamento, transporte e acesso aos mercados internacionais para a soja produzida na floresta.

Mesmo que parte da soja amazônica esteja sendo plantada em áreas já desmatadas para a abertura de pastos, grandes extensões de matas no Mato Grosso e no Pará estão sendo convertidas diretamente em campos de soja. Após desmatar a área, em geral os produtores plantam arroz no primeiro ano para preparar o solo e, só depois, cultivar a soja. Grilagem de terras e uso de mão-de-obra barata, se não escrava, são práticas comuns – a floresta está muito longe da lei e, por isso, os riscos são pequenos. Tais atividades criminosas constituem subsídios financeiros perversos para baratear a carne consumida na Europa.

A Europa é o principal mercado para a soja da Amazônia. Cerca de 18 milhões de toneladas de grãos e farelo são

exportadas do Brasil para a Europa anualmente<sup>14</sup>. Quase toda a soja exportada em 2005 pelo porto da Cargill em Santarém, no Pará, foi destinada à Europa.

## A INVESTIGAÇÃO DO GREENPEACE

Desde 1998, o Greenpeace vem trabalhando junto com as comunidades locais na Amazônia, investigando e expondo as principais ameaças à floresta, e confrontando os responsáveis por essa destruição criminosa. Juntos, buscamos soluções ambiental e socialmente responsáveis para os povos da Amazônia.

Para tornar nossa ação mais efetiva, temos uma equipe de mapeamento e geo-referenciamento, que analisa imagens de satélite e identifica abertura ilegal de estradas e áreas de desmatamento. Esse trabalho é complementado com análise de documentos, sobrevôos e investigações em campo. Nossas evidências são apresentadas às autoridades brasileiras, estimulando-as a agir, e compartilhadas com comunidades locais e outras organizações não-governamentais.

Os resultados falam por si só. Nossas campanhas no Brasil, em fóruns políticos internacionais e em mercados como Europa e Estados Unidos, têm pressionado o governo brasileiro a agir em várias frentes, paralisando ou dificultando a exploração ilegal de madeira, proibindo o comércio ilegal de mogno, demarcando terras indígenas e criando novas áreas protegidas e de uso sustentável, que permitam aos povos da floresta recuperar o controle sobre suas áreas de uso tradicional. Mas ainda há um longo caminho para que a Amazônia, seus povos e sua biodiversidade sejam protegidos a longo prazo.

Neste relatório, ilustramos a ameaça representada pela soja com a ação de duas multinacionais: Cargill (maior empresa privada do mundo) na Amazônia, e McDonald's (maior rede de fast food) na Europa. Documentamos o caminho da soja, do cultivo em áreas desmatadas ilegalmente na floresta, muitas vezes com o uso de trabalho escravo, até a Cargill e seus competidores, passando por portos, processadores e produtores de alimentos na Europa, para, finalmente, se incorporar aos Chicken McNuggets vendidos em McDonald's de todos os continentes.

Nossas investigações também mostram que os mesmos crimes podem ser encontrados nos cardápios de lanchonetes e em supermercados da Europa. Se podemos rastrear a soja por mais de sete mil quilômetros, das fazendas na Amazônia aos produtos com carne de frango na Europa, não há desculpas para a indústria alimentícia não fazer o mesmo e exigir a exclusão da soja da Amazônia de sua cadeia de produção e abastecimento. Ainda assim, nenhuma grande empresa de alimentos, rede de fast food ou supermercado contatados pelo Greenpeace foi capaz de fornecer evidências de que não estava usando soja vinda da Amazônia até a publicação deste relatório.

## É PRECISO AGIR

O desmatamento impulsionado pela soja não significa melhoria da qualidade de vida para a população da Amazônia brasileira. Ao contrário: tem provocado expulsão de comunidades de suas áreas, grilagem de terras públicas, trabalho escravo, além de tornar as terras improdutivas e contaminar rios. A destruição da biodiversidade é para sempre, com a perda de recursos naturais e de uma riqueza ainda não totalmente conhecida. Ao liberar milhões de toneladas de gás carbônico na atmosfera, o desmatamento contribui de forma importante para as mudanças climáticas, colocando em risco todo o planeta.

O governo do presidente Lula falha ao não conseguir parar esta invasão da Amazônia pelo agronegócio. Desde que assumiu, em janeiro de 2003, cerca de 70.000km<sup>2</sup> de florestas foram desmatadas<sup>15</sup>. E uma área pelo menos do mesmo tamanho<sup>16</sup> tem sido degradada pela exploração de madeira, tornando a Amazônia ainda mais vulnerável a queimadas e invasões de fazendeiros e grileiros.

Mas ainda é possível mudar esta tendência de destruição na Amazônia:

- **A escala de cultivo de soja na Amazônia ainda é relativamente pequena.** Na safra 2004-2005, apenas 5% do total da área cultivada com soja no Brasil estava no bioma Amazônia<sup>17</sup> – área reconhecida como ecossistema de floresta tropical<sup>18</sup>. Mais de 90% da soja amazônica foram cultivadas no estado do Mato Grosso<sup>19</sup>.
- **É fácil identificar os fatores, existentes e potenciais, que impulsionam a expansão ilegal da soja na Amazônia.** A proximidade de projetos de infra-estrutura para secagem e armazenamento da soja, como silos ou portos graneleiros, estimulam a grilagem de terras e o desmatamento. Isso poderia ser contido com planejamento ambiental e rigor na governança.
- **Governança e cumprimento de medidas apropriadas ajudam a barrar a destruição.** Em 2005, o índice de desmatamento ilegal caiu pela primeira vez em quase dez anos<sup>20</sup>, em parte devido ao esforço do governo contra a corrupção e a exploração ilegal de madeira, além da criação de áreas protegidas e de uso sustentável.
- **O mercado tem força.** A exemplo da rejeição da soja transgênica pelos europeus, a pressão de redes de supermercados, fast food e empresas de alimentos tem o poder de transformar o mercado.

**Os principais envolvidos** com a expansão da soja na Amazônia e quem tem poder de reverter o processo:

- **Traders transnacionais de commodities:** a estratégia de produção e mercado das principais multinacionais norte-americanas do setor agrícola (como ADM, Bunge e Cargill) financiam e favorecem a destruição da floresta.
- **A indústria de alimentos da Europa:** a crescente demanda por soja para a produção de ração animal, para atender empresas de alimentos, redes de fast food e supermercados da Europa, está levando ao avanço da fronteira agrícola na Amazônia.
- **O governo brasileiro:** falta de governança, deficiente sistema de informação e controle sobre a propriedade da terra e ausência de proteção efetiva de áreas públicas na Amazônia tornam grilagem e desmatamento atividades fáceis, baratas e de baixo risco.

**As soluções são óbvias.** Com governança e ação adequada da indústria, ainda há chance de a Amazônia deixar de ser área de expansão da soja. Para ser viável, um modelo de desenvolvimento alternativo, ambientalmente responsável e socialmente justo precisa contar também com a colaboração de empresários e instituições de países desenvolvidos.

**O mercado precisa mudar.** As indústrias de alimentos e de ração devem garantir que não usam soja da Amazônia ou transgênica, além de desenvolver políticas de compra que assegurem fontes legais, ambientalmente responsáveis e socialmente justas. Isto inclui sistemas de rastreamento para verificar a origem dos ingredientes dos produtos, as condições de produção e o impacto global deste sistema de produção.

**Governos e bancos precisam agir.** Governos e instituições financeiras têm promovido a produção de commodities, como soja, como forma de desenvolvimento do país, embora pouco valor agreguem à indústria local. O investimento na expansão da soja e de sua infra-estrutura, como estradas, prejudica o meio ambiente e a população local, solapando qualquer chance de sustentabilidade econômica e ambiental.

Os governos devem estabelecer urgentemente uma rede de áreas protegidas e de uso sustentável em regiões de florestas primárias em todo o mundo, incluindo a Amazônia. Até que essa rede global de conservação seja criada, deve ser declarada uma moratória para novas atividades de escala industrial em áreas com florestas intactas.





*'Um nevoeiro de fumaça embaça a visão da fronteira entre a floresta mais poderosa do mundo e sua maior ameaça: um pequeno grão de soja. Na época de queimadas, que dura quatro meses na Amazônia, árvores gigantescas que foram derrubadas para dar lugar às plantações de grãos são reduzidas a cinzas. Mesmo depois de cortados e queimados, os troncos dos tauaris e maçarandubas são tão grandes que suas brasas incandescem por mais de dois anos. ... O boom das commodities agrícolas brasileiras e a demanda [mundial pela soja] estão desmatando mais florestas do que a exploração madeireira, a criação de gado e o garimpo. ... O Brasil está se tornando rapidamente o fornecedor de comida para o resto do mundo.'*

**Jornal britânico *The Guardian*: 'A hunger eating up the world' (Um faminto devorando o mundo), de 18 de janeiro de 2005<sup>21</sup>**



© Pantoja/Infoto

*“Dava para ver até o horizonte. Um oceano de soja até onde a vista alcançava. Horas e horas se passaram enquanto viajávamos sobre o asfalto da estrada conhecida como BR163. Estávamos todos chocados. Toda essa terra havia sido desmatada nos últimos 10 anos? ... Quando eu vi, com meus próprios olhos, que dois tratores de esteira (Catterpillar) D-7 podiam derrubar mais de 32 hectares de árvores por dia, fiquei completamente atônito. Compreendi que centenas de tratores como aquele estiveram trabalhando na floresta até aquele momento”.*

**Kory Melby, especialista norte-americano em soja, contando, em janeiro de 2001, como se transformou em consultor agrícola no Brasil**<sup>33</sup>

# COMO A SOJA EMPURRA A FRONTEIRA AGRÍCOLA EM DIREÇÃO À FLORESTA

O dramático crescimento da produção de soja na Amazônia brasileira é reflexo de uma mudança no mercado global de commodities. Até o início da década de 80, os Estados Unidos eram responsáveis por mais de 90% das exportações mundiais de soja. No final da década, no entanto, a hegemonia dos EUA começou a cair devido à expansão do grão na América Latina, impulsionada por multinacionais como ADM e Cargill.

Em 2003, as exportações de soja de Brasil e Argentina, juntas, ultrapassaram pela primeira vez as exportações dos Estados Unidos<sup>22</sup>. O rápido crescimento da produção na América Latina reduziu os preços e tornou a soja menos lucrativa e menos viável economicamente nos Estados Unidos (mesmo com os subsídios do governo), fazendo com que muitos produtores trocassem a soja por outras culturas<sup>23</sup>.

Enquanto a China emerge como a oficina de produtos manufaturados do mundo e a Índia como a indústria mundial de serviços, o Brasil – nas palavras do ex-Secretário de Estado norte-americano, Colin Powell – vem se tornando uma ‘potência agrícola’. Nos últimos anos, o Brasil se tornou o maior exportador de carne, frango, açúcar, café e suco de laranja<sup>24</sup>.

Em 2005, acrescentou a soja à lista de produtos em que lidera as exportações mundiais<sup>25</sup>. Na safra 2004-05, o Brasil produziu mais de 50 milhões de toneladas de soja em 23 milhões de hectares de terra<sup>26</sup>, uma área equivalente ao tamanho da Grã-Bretanha<sup>27</sup>.

No Brasil, os maiores traders de commodities do mundo (ADM, Bunge e Cargill) e grandes produtores nacionais, como o grupo do governador do Mato Grosso, Blairo Maggi, têm direcionado a invasão da soja para o norte do país, a partir do Cerrado<sup>28</sup>, por meio de estímulos como crédito, sementes e agrotóxicos e a construção de infra-estrutura para exportação. Com a alta nos preços da terra no Cerrado, produtores de soja redirecionam o avanço da fronteira agrícola para as áreas de floresta, facilitado por estradas e acessos ilegais.

A soja é, hoje, uma ameaça real à floresta amazônica e um dos principais indutores do desmatamento. Para compreender as causas do problema, é preciso observar a complexa situação fundiária no Brasil.

Terras públicas e indígenas ocupam cerca de três quartos da Amazônia Legal<sup>29</sup>. Parte das áreas públicas está protegida legalmente, mas a maioria delas ainda

continua vulnerável a invasões e ocupação ilegal. Essas terras públicas incluem áreas propostas para a criação de unidades de conservação, terras indígenas ainda não reconhecidas pelo governo e áreas onde o governo tem pouco controle legal<sup>30</sup>.

Os fazendeiros almejam essas terras. E a grilagem se dá pela ocupação de milhares de hectares e não apenas em pequenas áreas. Tratores, maquinário pesado e até trabalho escravo são usados para derrubar e queimar a floresta, preparando a terra para o plantio.

O que torna o ataque da soja à Amazônia ainda mais prejudicial do que incursões anteriores de madeireiros ilegais e criadores de gado é que, ao contrário destes, os produtores de soja têm acesso a crédito e outras facilidades em bancos internacionais e companhias multinacionais como a Cargill, além de mercado garantido para suas safras<sup>31</sup>. Assim, têm incentivos e recursos para comprar grandes áreas – já desmatadas ou com florestas.

Projetos de infra-estrutura – como estradas para escoar a produção de soja – facilitam o acesso à região, tornando-a vulnerável a novas incursões. Este processo ameaça o coração da floresta Amazônica, fragmentando importantes ecossistemas e terras indígenas<sup>32</sup>.

## MATO GROSSO –A LINHA DE FRENTE DA DESTRUIÇÃO

Mais da metade de Mato Grosso está dentro do bioma Amazônia. Mas o nome já perdeu o sentido original: o estado está se transformando rapidamente em um deserto de soja. Um terço das áreas de floresta já foi destruído<sup>34</sup>, principalmente pelo desmatamento ilegal, impulsionado pelo avanço da fronteira agrícola<sup>35</sup>.

Em poucos anos, o Mato Grosso se tornou o maior produtor de soja do Brasil, responsável por quase um terço da safra total de 2003-2004<sup>36</sup>. As fazendas ali são maiores, mais mecanizadas e usam mais insumos agrícolas do que em outras partes do sul do país<sup>37</sup>.

A área plantada com soja é hoje duas vezes maior do que era em 1996<sup>38</sup>, empurrando a fronteira agrícola cada vez mais para dentro da floresta<sup>39</sup>. O estado<sup>40</sup> foi responsável por quase a metade (48%) do desmatamento total entre 2003-2004<sup>41</sup>. De acordo com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema)<sup>42</sup>, dois terços deste desmatamento foram totalmente ilegais – a maior parte destinada à plantação de grãos<sup>43</sup>.



An aerial photograph showing a landscape where a large area of forest has been cleared. A dirt road winds through the cleared area, which is now mostly bare earth with some sparse vegetation. The cleared area is adjacent to a dense, dark green forest. The sky is overcast with grey clouds.

*Descrito como “delinquente ambiental compulsivo” pelo Ministério Público Federal, o grileiro José Donizetti Pires de Oliveira é acusado pelo desmatamento ilegal de uma área de 1.645 hectares na Gleba Pacoval, a leste de Santarém – que está se transformando, rapidamente, na nova fronteira de expansão da soja. Oliveira foi preso no dia 17 de março de 2006 na sede da Associação dos Produtores Agrícolas de Santarém (Apas), da qual é presidente.*



© Greenpeace/D'Avila

*'Os novos proprietários da indústria da soja no Brasil são as mesmas companhias que dominam a fabricação de sementes, agrotóxicos, plantações, transporte e venda de soja nos Estados Unidos. Juntas, as multinacionais Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) e Bunge controlam mais de 60% das exportações brasileiras de soja.'*

Glen Switkes, em *Feedstuffs*, uma publicação da Farm Bureau dos Estados Unidos, em 30 de abril de 2001<sup>44</sup>

*'Por mais incrível que possa parecer, a previsão de que 170 milhões de hectares de novas áreas pudessem ser convertidos para a produção de grãos no Brasil pode ser considerada uma estimativa conservadora [já que] ignora o tamanho real do desmatamento em curso e que provavelmente vai continuar ocorrendo na Bacia Amazônica. ... Atualmente, os grandes fazendeiros são responsáveis pela maior parte do desmatamento na Amazônia e seu acesso a novas áreas de floresta será facilitado pela construção de novas estradas.'*

Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), "Brasil: potencial para expansão agrícola menosprezado", 21 de janeiro de 2003<sup>45</sup>

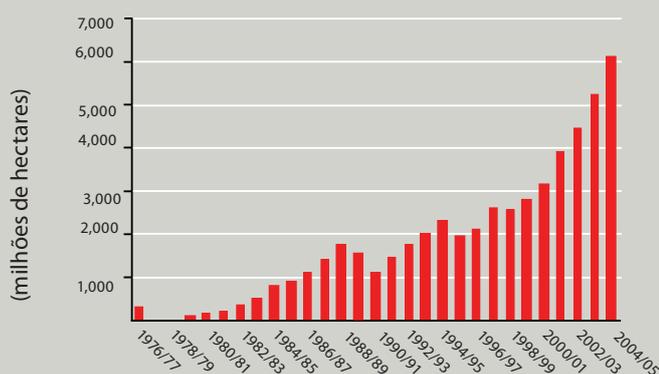
# QUEM LUCRA COM A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA?

A soja só é lucrativa com produção em larga escala. A indústria da soja no Brasil emprega menos pessoas por hectare do que qualquer outra cultura desenvolvida no país. As fazendas de soja ocupam mais de 10 mil hectares, mas empregam apenas um trabalhador a cada 170-200 hectares<sup>46</sup>. Assim, não são as comunidades locais que se beneficiam, mas um 'grupo de fazendeiros e multinacionais do setor de agronegócios' que se favorece da transformação da Amazônia 'em um grande celeiro tropical... Representantes do governo, empresários do setor de agronegócios e produtores reconhecem isso e trabalham coletivamente para garantir que isso aconteça'<sup>47</sup>.

O comércio internacional e o processamento da soja estão nas mãos de um pequeno número de traders que, freqüentemente, também controlam outros segmentos da cadeia alimentar. Entre elas estão ADM, Bunge e Cargill. No Brasil, esse cartel assume o papel dos bancos. Além de crédito, fornece sementes e agrotóxico aos produtores, em troca da colheita de soja: apenas a Bunge ofereceu US\$1 bilhão em insumos agrícolas a fazendeiros brasileiros em 2004<sup>48</sup>. Isto dá às traders o controle indireto sobre enormes áreas de terra. Juntas, as três multinacionais são responsáveis por cerca de 60% de todo o financiamento da produção de soja no Brasil<sup>49</sup> e controlam quase 80% da capacidade de processamento (farelo e óleo) na Europa<sup>50</sup>. Este sistema de produção – com o controle de muitos segmentos da cadeia produtiva – significa, de fato, o monopólio no abastecimento.

A relação entre o crime na floresta e o mercado global pode ser vista mais claramente no caso da Cargill. A empresa controla uma enorme porcentagem do comércio internacional da soja, tem grande envolvimento na produção de carne e no processamento de alimentos e ambições de dominar 'o mercado global de carne de frango'<sup>51</sup>. Investigações do Greenpeace mostram que a Cargill está impulsionando a devastação da floresta e vendendo os produtos desta destruição em redes de fast food e supermercados.

ÁREA DE PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO



Fonte: CONAB - Levantamento: Jan/2006

## PONTA-DE-LANÇA DA DESTRUIÇÃO: GRUPO ANDRÉ MAGGI E O REI DA SOJA

*'Como governador, meu objetivo é... triplicar a produção agrícola em Mato Grosso em 10 anos.'*

**Blairo Maggi, governador do Mato Grosso e produtor de soja. Entrevista à *Soybean Digest*, 1 de março de 2003.**

Além dos grandes traders multinacionais ADM, Bunge e Cargill, brasileiros como Blairo Maggi, maior produtor individual de soja do mundo<sup>52</sup>, têm importante papel na invasão da soja na Amazônia. Conhecido como 'Rei da Soja', Blairo Maggi é governador de Mato Grosso e um dos donos do Grupo André Maggi, um dos maiores traders internacionais, exportando mais de 2 milhões de toneladas de soja por ano<sup>53</sup>.

O Grupo André Maggi tem grande responsabilidade na 'mudança' que ocorre na Amazônia – foi responsável por introduzir a soja no Mato Grosso e por impulsionar sua expansão para dentro da floresta. O Grupo se gaba do papel de destaque na abertura de áreas para agricultura em nome do progresso e do desenvolvimento<sup>54</sup>. O Greenpeace estima que o Grupo André Maggi tenha hoje 13 silos de soja na Amazônia<sup>55</sup>.

Em 2002, eleito governador, Blairo Maggi somou influência política ao poder econômico, e anunciou a intenção de triplicar a área plantada com soja no Mato Grosso em 10 anos<sup>56</sup>. No primeiro ano de governo, a taxa anual de desmatamento no estado aumentou em cerca de 30%<sup>57</sup>. Questionado sobre o alto índice de destruição florestal, em entrevista ao *New York Times*, Maggi respondeu: 'Não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. ... Não é segredo que eu quero construir estradas e expandir a produção agrícola'<sup>58</sup>.

O poder de Maggi permite que ele some recursos dos governos federal e estadual com os de empresas privadas, incluindo a sua, e tenha acesso a empréstimos internacionais, como os da Corporação Financeira Internacional (IFC, em inglês), braço de financiamento privado do Banco Mundial. Os recursos, destinados a projetos de infra-estrutura de transporte, são um verdadeiro convite ao desmatamento da Amazônia: novas estradas, portos e hidrovias bem no coração da floresta.

## OS BANCOS POR TRÁS DOS TRATORES DE MAGGI

*‘O fato de existirem problemas em um setor não significa que o produtor, que se comporta de modo responsável, não seja apoiado.’*

**Wolfgang Bertelsmeier, gerente da IFC/Banco Mundial no Brasil, justificando empréstimo de US\$ 30 milhões ao Grupo André Maggi, em 23 de julho de 2003<sup>59</sup>**

Financiadores internacionais desempenham importante papel na expansão do cultivo da soja em grande escala, fornecendo capital para infra-estrutura, agrotóxicos e recursos antecipados aos fazendeiros<sup>60</sup>. O caso do Grupo André Maggi demonstra a pressão de diversos empréstimos públicos e internacionais sobre a Amazônia, forçando a conversão da floresta em uma vasta monocultura.

O Grupo André Maggi teve fácil acesso a financiamentos de bancos públicos e privados da Europa e do Japão, e também do IFC, totalizando mais de US\$ 660 milhões<sup>61</sup>. Esses empréstimos ajudaram a financiar adiantamentos aos fornecedores e a desenvolver infra-estrutura para estoque e transporte da soja.

Em 2002, o Grupo alocou o primeiro dos dois empréstimos de US\$ 30 milhões do IFC para ampliar a capacidade de estocagem e financiar a produção dos fazendeiros com os quais tem contratos. O IFC se justificou, afirmando que mesmo que o setor da soja como um todo estivesse sendo criticado, companhias com ‘boa performance’ poderiam continuar recebendo financiamentos<sup>62</sup>. O IFC obedece à política de desenvolvimento do Banco Mundial e tem como objetivo ‘promover o investimento sustentável do setor privado em países em desenvolvimento, ajudando a reduzir a pobreza e a melhorar a vida das pessoas’<sup>63</sup>. Suas diretrizes específicas determinam que os projetos devem ser escolhidos e classificados de acordo com potenciais impactos sociais e ambientais resultantes do financiamento<sup>64</sup>.

Em 2004, apenas 15% da produção total do Grupo André Maggi foram provenientes de suas próprias fazendas. O restante veio de cerca de outros 2 mil fazendeiros, dos quais 45% foram pré-financiados pelo ‘Projeto de Expansão Amaggi’<sup>65</sup>.

Em 2004, o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, pediu auditoria no financiamento do IFC ao Grupo André Maggi<sup>66</sup>. A auditoria considerou que o IFC não foi suficientemente rigoroso na avaliação e que a classificação do empréstimo como ‘baixo risco’ não poderia ser justificada<sup>67</sup>. O Código Florestal Brasileiro determina, por exemplo, que proprietários devem preservar um tamanho determinada das áreas – 80% no bioma Amazônia e 35% no Cerrado na Amazônia Legal. A auditoria revelou que esses requisitos não foram cumpridos em cerca de dois terços das fazendas (55 mil hectares) do Grupo<sup>68</sup>. Ou seja, estas propriedades desrespeitaram a lei.

Além disso, a auditoria nem chegou a investigar se os produtores financiados pelo Grupo cumprem a lei – mesmo que quase 90% dos recursos do IFC para o ‘Projeto de Expansão Amaggi’ fossem destinados ao financiamento desses fazendeiros<sup>69</sup>. A frequência com que a legislação florestal brasileira vem sendo desrespeitada leva à conclusão de que os custos ambientais dos financiamentos ao Grupo vão muito além da própria empresa.

Contudo, o fato do IFC ter classificado os projetos do Grupo André Maggi como ‘categoria B’ – ou seja, de baixo risco ambiental – e ter aprovado os empréstimos significou que os bancos privados consideraram desnecessário avaliar e monitorar a companhia de acordo com suas próprias políticas socioambientais, que incluem proibição à conversão de florestas e às práticas de monocultura<sup>70</sup>. O Rabobank, maior banco agrícola da Holanda, por exemplo, fez dois empréstimos ao Grupo Maggi no valor total de US\$ 330 milhões. A auditoria do IFC descobriu que a alegação do Rabobank era que, se o IFC aprovara o projeto e o classificara como de baixo risco, eles poderiam investir seguramente US\$ 230 milhões, valor do segundo empréstimo, oito vezes mais do que o IFC está investindo na corporação<sup>71</sup>.

Alguns bancos privados, como o HSBC, que já haviam investido no Grupo André Maggi<sup>72</sup>, começam a rever financiamentos a projetos que contribuam para a destruição de florestas. Em maio de 2004, o HSBC adotou a política de não financiar projetos que resultem em degradação ou conversão significativa de habitats naturais críticos.<sup>73</sup>



*‘Não sinto a menor culpa pelo que estamos fazendo aqui. ... Não é segredo que eu quero construir estradas e expandir a produção agrícola’.*

**Blairo Maggi (à esquerda)**

*Avião pulverizando agrotóxicos dentro do bioma Amazônia. A plantação em larga escala de monoculturas encoraja a aplicação aérea destes produtos químicos, e boa parte do que é aplicado é desperdiçado pela ação do vento, se espalhando para além da área das plantações.*

© Greenpeace/Beltrá



© Salgado

# OS CUSTOS AMBIENTAIS DA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA E DA MONÓCULTURA DA SOJA

## IMPACTOS CLIMÁTICOS GLOBAIS

A destruição da Amazônia tem impactos ambientais que podem ser sentidos muito além de nossas fronteiras. Ameaçados pelo processo de destruição, os serviços ambientais prestados pela floresta ao Brasil, à sua população e ao mundo são muito mais valiosos, a longo prazo, do que o lucro rápido gerado pelo comércio de commodities no curto prazo – seja a soja utilizada na ração para frangos, seja a exploração ilegal de madeira.

A demanda global por soja barata não está destruindo apenas um dos mais valiosos abrigos de espécies do planeta. Cientistas descrevem a maior floresta tropical do mundo como o ar-condicionado da Terra: a umidade da região é vital para a regulação e o equilíbrio de padrões climáticos na América do Sul e em todo o planeta<sup>74</sup>. A Amazônia libera para a atmosfera cerca de 7 trilhões de toneladas de água por ano, produzindo vapor que mantém o clima úmido e chuvoso. A conversão de água em vapor também refrigera o ar<sup>75</sup>.

Assim como a floresta ajuda a manter o clima global estável, o desmatamento exacerba a instabilidade climática global. Além da perda da função do ciclo da água, compromete o papel da região como grande depósito de carbono: a Amazônia está se tornando uma fonte importante de poluição por CO<sub>2</sub>, por causa das queimadas e da perda de cobertura florestal, que liberam carbono para a atmosfera.

Em 2000, o Brasil já era o quarto maior emissor de gases que provocam o efeito estufa, na frente de nações bem mais industrializadas, como Alemanha e Reino Unido<sup>76</sup>. Esta posição não é resultado da produção industrial, mas do desmatamento, provocado pela expansão da fronteira agrícola para abastecer o mundo com commodities baratas. De acordo com o Ministério de Ciência e Tecnologia, o desmatamento responde por mais de 75% das emissões do Brasil, sendo 59% decorrentes da perda da cobertura vegetal na Amazônia<sup>77</sup>.

## A MORTE LENTA DA AMAZÔNIA

A plantação de soja em larga escala em um ecossistema vulnerável como a Amazônia provoca impactos ambientais de longo alcance. O elo entre expansão da monocultura, perda da biodiversidade e mais vulnerabilidade ao surgimento de pestes e doenças epidêmicas na colheita já está bem estabelecido<sup>78</sup>. Além disso, o aumento do uso de soja transgênica intensifica os piores aspectos da agricultura industrial e ameaça tanto a floresta quanto a integridade do fornecimento de soja brasileira não transgênica.

Os novos sistemas de plantio direto (vinculados ao uso de sementes transgênicas resistentes aos herbicidas e ao uso intenso de agroquímicos) encorajam os fazendeiros ao cultivo em terras vulneráveis, com altos níveis de erosão<sup>79</sup>. Grandes culturas de soja sem manejo adequado empobrecem o solo rapidamente. Com a exaustão do solo, os fazendeiros abandonam a terra recentemente ocupada e se mudam para outras áreas, onde novamente

desmatam e plantam soja, repetindo o ciclo vicioso de degradação do solo e poluição química<sup>80</sup>.

O uso de fertilizante em plantações de soja tem sido relacionado ao aumento no nível de nitrogênio e fósforo em várias bacias de rios na América do Sul<sup>81</sup>. A elevada concentração desses nutrientes pode ser desastroso para a diversidade aquática. Os pesticidas também causam grandes problemas de poluição do solo e da água, destruição da biodiversidade natural e intoxicação de seres humanos<sup>82</sup>.

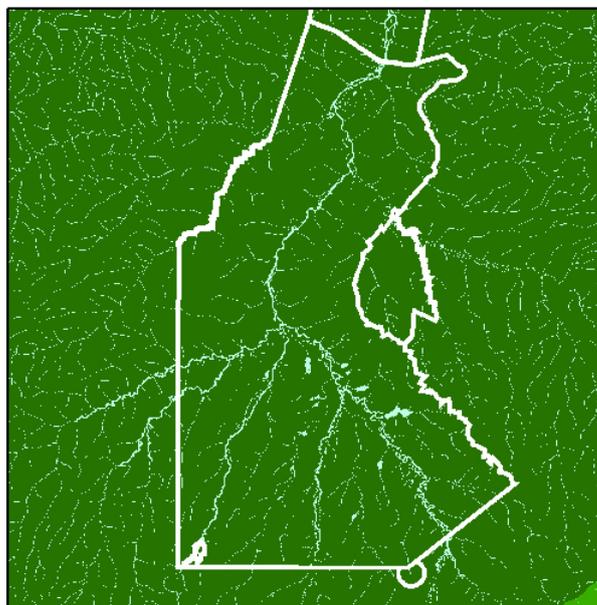
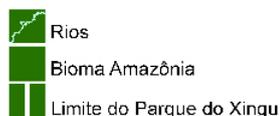
Apesar de o Brasil ser um dos países com maior uso de agrotóxicos no mundo, os padrões de segurança não são rigorosos. Em 1996, a Organização Mundial da Saúde classificou quase metade dos pesticidas registrados no Ministério da Saúde como extremamente perigosos ou altamente perigosos<sup>83</sup>. Em 1997, o Centro Internacional de Pesticidas e Prevenção de Riscos à Saúde estimou que quase 10% da população brasileira – mais de 15 milhões de pessoas que trabalham em três milhões de fazendas – estavam expostas aos agrotóxicos<sup>84</sup>. Desde essa época, as vendas de pesticidas triplicaram em todo o país, implicando um aumento de potenciais exposições. Em 2002, uma estimativa apontou que entre 150 mil e 200 mil pessoas por ano sofriam, de algum modo, com intoxicação nos meios rurais, incluindo cerca de 4 mil casos de mortes<sup>85</sup>. Um quarto de todos os pesticidas aplicados no Brasil é utilizado em plantações de soja<sup>86</sup>.

O uso intensivo de agrotóxicos contamina a floresta e os rios, em função da dispersão dos agentes químicos e dos impactos da poluição. O vento, a chuva e as enchentes carregam os produtos químicos para além das plantações, chegando aos rios e matando peixes e outras formas de vida. Tais efeitos são frequentemente cumulativos e irreversíveis.

O herbicida Paraquat é utilizado frequentemente em campos de soja no Brasil para eliminar ervas daninhas e outras plantas. O Paraquat é proibido em muitos países devido à sua alta toxicidade e está classificado como pesticida de uso restrito nos Estados Unidos, necessitando de licença especial para compra e aplicação<sup>87</sup>. O Roundup, herbicida à base de glifosato produzido pela Monsanto, também é amplamente utilizado na Amazônia, particularmente por causa do cada vez maior avanço da soja transgênica na região. O uso intenso do Roundup pode causar sérios impactos na vida da floresta. Novas preocupações surgiram sobre sua toxicidade para anfíbios e humanos<sup>88</sup>.

Herbicidas de grande alcance, como o Roundup, matam todas as plantas, poupando apenas as variedades transgênicas, que toleram o agrotóxico. Os efeitos não se limitam aos campos plantados – a pulverização pode levar o produto para a vegetação natural dos arredores, particularmente quando realizada por aviões. Essa destruição desnecessária pode acarretar a diminuição do número de plantas nativas, com conseqüente prejuízo para insetos, pássaros e mamíferos que dependem desse ecossistema. Na medida em que a soja transgênica cresce, a quantidade e o número de aplicações de herbicida também aumenta. A tendência é que o uso de herbicida aumente quando houver tolerância ao Roundup, como já ocorreu na Argentina e nos Estados Unidos<sup>89</sup>.

### Bacia hidrográfica do rio Xingu - o esgoto da indústria da soja



Além disso, o Roundup é completamente tóxico para as bactérias que existem naturalmente no solo e que ajudam na fixação do nitrogênio pelas plantas. Isso significa que a soja transgênica fica dependente de fertilizantes químicos nitrogenados, aumentando ainda mais o uso de agrotóxicos<sup>90</sup>.

Pesquisas realizadas no cerrado do Mato Grosso mostram que a introdução da soja tem intensificado o uso de pesticidas e que tanto as águas superficiais como as do subsolo estão seriamente afetadas pela produção do grão, principalmente por causa do uso de agrotóxicos, cujos impactos podem ser sentidos muito além da área onde são aplicados<sup>91</sup>.

### AGROTÓXICOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS NÃO COMBINAM: PARQUE INDÍGENA DO XINGU, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

*‘Nosso Xingu não é apenas isso aqui. É uma veia muito longa, e quando chove a soja traz o veneno rio abaixo, o mesmo rio que passa pela nossa porta’*

**Jywapan Kayab, cacique da Vila Indígena Capivara Astor<sup>92</sup>**

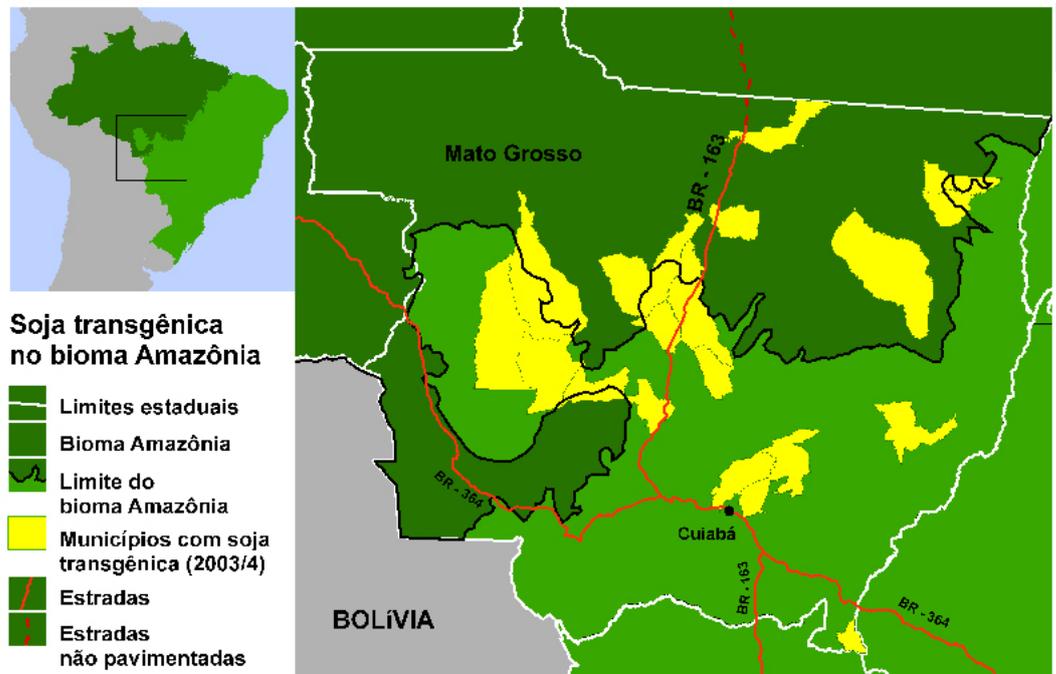
*‘A maior ameaça à vida tradicional vem do cultivo da soja. Os pesticidas e inseticidas começaram a poluir a água... matando os peixes’.*

**Jornal britânico *The Guardian*, fevereiro de 2006<sup>93</sup>**

O uso intensivo de agrotóxicos e o aumento da erosão do solo, resultante do desmatamento, provocam profundo impacto nos sistemas que fornecem água potável para as comunidades da floresta e para o habitat de inúmeras espécies de plantas e animais, muitos dos quais fundamentais para a manutenção do modo de vida dos povos indígenas<sup>94</sup>.

A bacia do rio Xingu, com uma extensão aproximada de 180 mil quilômetros quadrados, está se transformando em esgoto regional, cercada pela soja por todos os lados. O núcleo da área de captação da bacia está em uma região praticamente intacta de floresta – o Parque Indígena do Xingu – que abriga 14 povos indígenas<sup>95</sup>. Este oásis está se tornando cada vez mais vulnerável em meio à devastação.

A expansão da soja e da criação de gado está destruindo as cabeceiras do Xingu<sup>96</sup>, uma importante área de reprodução de peixes. Fotos de satélite revelam que quase 30% da área de captação do rio Xingu foram desmatadas – um terço foi destruído entre 2003 e 2005<sup>97</sup>. Hoje, a metade sul do Parque está quase toda cercada pela agricultura. Os índios têm testemunhado a diminuição no número de peixes,



devido à contaminação por agrotóxicos e às mudanças no curso das águas, resultantes da erosão causada pelas plantações<sup>98</sup>. O temor aos agrotóxicos tem levado os moradores do Parque a lutar por restrições na produção de soja na área da cabeceira dos rios<sup>99</sup>.

Ionaluka, diretor da Associação de Terras Indígenas do Xingu, acha que a soja está chegando muito rápido. 'Cada vez que eu saio do Parque, eu não reconheço mais nada, porque a floresta está desaparecendo'<sup>100</sup>. A 'Rodovia da Soja' (veja 'Infra-estrutura de estradas – Facilitando as invasões'), por exemplo, abriu áreas para plantação de soja ao longo de um igarapé afluente de um dos principais tributários do rio Xingu. O uso intensivo de agrotóxicos ao longo da Rodovia da Soja – e em qualquer outro lugar de captação do rio Xingu – mostra que a 'proteção' das terras indígenas e de importantes habitats não pode ser considerada adequada para preservar a biodiversidade dos impactos da indústria da soja.

## AS SEMENTES DA RUÍNA – CONTAMINAÇÃO TRANSGÊNICA NA AMAZÔNIA

Em fevereiro de 2003, a multinacional de agroquímicos e sementes transgênicas Monsanto abriu um centro de pesquisas de sementes no município de Sorriso, a maior área de produção de soja do Brasil (cerca de 600 mil toneladas), ao norte de Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso. Sorriso está parcialmente localizada na área do bioma Amazônia e na linha de frente da expansão da soja em direção à floresta. ADM, Bunge, Cargill e o Grupo André Maggi têm grandes silos nesse município.

Sobre Sorriso, diz o *Gateway Brasil*, website inglês voltado para investidores na agricultura brasileira: "A população dobrou nos últimos sete anos, com a chegada de famílias do sul do Brasil, que migraram em busca de terras mais baratas e novas oportunidades. Sorriso está no epicentro do maior pólo produtivo do planeta... abriga a maior estação de recebimento de soja do país, propriedade da Bunge, que tem um elevador com capacidade para 8 milhões de bushels (217 mil toneladas) do grão"<sup>101</sup>. Em 2004, cerca de 550 mil hectares foram cultivados com soja em Sorriso. A análise do Greenpeace aponta que 25% deste total estavam no bioma

Amazônia<sup>102</sup>, e parte da produção é de soja transgênica.

O governo brasileiro, por meio da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), fez um acordo com a Monsanto para desenvolver variedades de soja transgênica específicas para o clima e as condições de solo da Amazônia. Essas sementes estão sendo testadas em Rondônia, dentro do bioma Amazônia<sup>103</sup>. A Monsanto recebe royalties pelo uso do gene Roundup Ready GM e a Embrapa cobra dos fazendeiros por ter desenvolvido as variedades adaptadas às diferentes regiões<sup>104</sup>. As leis brasileiras proíbem plantações de sementes transgênicas em áreas protegidas, mas o Ministério do Meio Ambiente deve identificar essas áreas oficialmente - o que, como a demarcação das terras indígenas, pode levar anos<sup>105</sup>. Enquanto isso, o ministro da Agricultura está liberando licenças para produtores de soja no Mato Grosso plantarem sementes transgênicas na Amazônia.

Países que cultivaram variedades geneticamente modificadas estão enfrentando problemas<sup>106</sup>. O caso da Argentina mostra que a produção descontrolada de soja transgênica e o uso intenso de agrotóxicos podem resultar na destruição de microorganismos naturais do solo, tornando a terra infértil, e no surgimento de ervas daninhas resistentes aos herbicidas<sup>107</sup>. Estudos na Argentina<sup>108</sup> e em vários estados norte-americanos<sup>109</sup> indicam que, após alguns anos de plantio de transgênicos, diversas variedades de pestes resistentes ao Roundup começam a crescer nas plantações, por causa do intenso uso de herbicidas<sup>110</sup>. Como observou um cientista da Universidade do Mato Grosso, a pulverização de agrotóxicos por aviões – prática comum em toda a região – espalha o produto químico sobre uma área muito mais extensa do que a pretendida<sup>111</sup>.

Além dos impactos do desmatamento, fragmentação do habitat e uso de pesticidas – todos diretamente ligados à expansão de soja no bioma Amazônia – a soja transgênica pode contaminar a soja cultivada legalmente fora do bioma Amazônia.

A soja transgênica tem sido plantada no Mato Grosso nos últimos quatro anos. Na safra 2003-2004, foram plantados 1,8 mil hectares em 19 municípios do estado. Dentre estes, nove estão total ou parcialmente dentro do bioma Amazônia (ver mapa "Soja transgênica no bioma Amazônia")<sup>112</sup>. Na safra 2005-2006, esse número pulou para mais de 500 mil hectares, representando pelo menos 10% da terra cultivada com soja no Mato Grosso<sup>113</sup>.

O Greenpeace tem evidências documentais de que ADM, Bunge, Cargill e Grupo André Maggi compraram de fazendeiros que produzem soja transgênica cultivada dentro do bioma Amazônia.

*'Nosso Xingu não é apenas isso aqui. É uma  
veia muito longa, e quando chove a soja traz  
o veneno rio abaixo, o mesmo rio que passa  
pela nossa porta'*

**Jywapan Kayab, cacique da Vila Indígena Capivara** <sup>92</sup>





© Greenpeace/D'Ávila

*'A falta de um sistema de transporte adequado é uma das principais razões para que a expansão dos grãos não tenha progredido ainda mais rápido. Isso está mudando rapidamente, e está mudando por causa do investimento privado... Eles não estão esperando pelas burocracias governamentais ou pelos estudos ambientais. Eles estão jogando sujo e pavimentando tudo.'*

Mike Krueger, *Ag. Perspectives*, 25 de março de 2002<sup>115</sup>.

*'Apenas a sugestão de um novo asfalto provoca enorme agitação nos especuladores brasileiros'*

*AgWeb* (2004)<sup>116</sup>



© Greenpeace/Peltrá

ÁREA ESPERANDO PARA SER  
**PROTEGIDA**

**BR-163**  
Cuiabá - Roraimá  
1700km  
**AMAZONIA:  
Salvar ou Destruir?**  
GREENPEACE

# TERRA SEM LEI: CRIMES LIGADOS À EXPANSÃO DA SOJA NA AMAZÔNIA

*‘Terras muito baratas na Amazônia ajudam na rentabilidade dos fazendeiros. Esses preços continuam muito baixos porque, em parte, os fazendeiros sabem que é fácil ocupar terra do governo sem ser processados.’*

**Kaimowitz (2004) ‘Conexão hamburguer alimenta destruição da Amazônia’<sup>114</sup>**

A Amazônia é uma área de fronteira além do alcance da lei. Investigações do Greenpeace mostram como a demanda mundial por soja está impulsionando o desmatamento na Amazônia, associado frequentemente a atividades ilegais, como grilagem de terras e trabalho escravo. Por não exigir uma cadeia de custódia de commodities transparente e monitorada de forma independente, os mercados europeus são cúmplices desses crimes.

## INFRAESTRUTURA DE ESTRADAS FACILITANDO AS INVASÕES

A lucratividade da soja levou à construção ou à expansão na Amazônia de hidrovias, três linhas de estradas de ferro e uma extensa rede de rodovias que levam equipamentos e produtos químicos para as fazendas e escoam a produção para os mercados internacionais<sup>117</sup>. Sem a expansão dessa infra-estrutura – financiada em grande parte por companhias privadas como a Cargill – haveria pouco incentivo para a indústria da soja estar presente ali. As estradas, que cortam as terras públicas, são um convite para que grileiros e fazendeiros desmatem a região, levando a expansão da fronteira agrícola cada vez mais para o interior da Amazônia<sup>118</sup>. Cerca de 85% de todo o desmatamento ocorre numa extensão de 50 quilômetros de cada margem das rodovias<sup>119</sup>.

## A BR 163 E A ÁREA PROTEGIDA PROPOSTA, SORRISO, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

*‘A menos que o governo brasileiro aumente radicalmente o número e o tamanho das áreas florestais protegidas e restrinja severamente futuras incursões no bioma Amazônia... o índice de desmatamento continuará alto, a área de pastagem continuará aumentando, bem como a expansão do cultivo de soja na região.’*

**Serviço Exterior de Agricultura, do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), 2004<sup>120</sup>**

*‘A iniciativa da criação do Parque Estadual das Castanheiras é louvável, mas está muito atrasada. A região onde esses dois biomas (Amazônia e Cerrado) se encontram ainda é pouco conhecida, mas seu destino está mais sujeito a questões econômicas, como o preço do dólar ou o preço da soja do que à real conservação dos ecossistemas tropicais.’*

**Marília Kerr do Amaral, uma das biólogas de campo que encontrou uma ‘nova’ espécie de macaco, fevereiro de 2006<sup>121</sup>**

O que está acontecendo no bioma Amazônia em torno da rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), em Sorriso, Mato Grosso, é um exemplo da ameaça causada pela abertura de estradas sem gerenciamento apropriado para uso da terra e proteção da floresta.

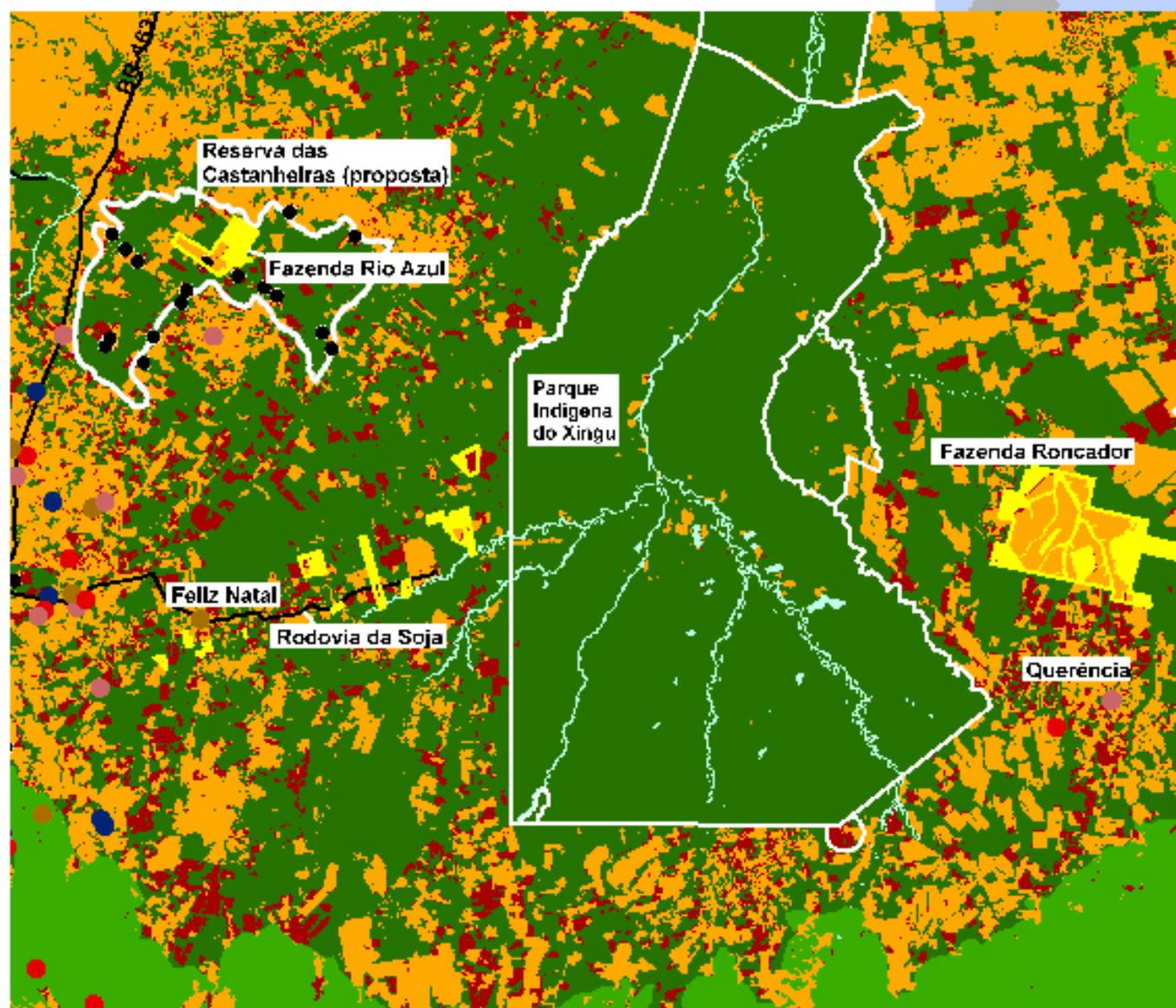
Mato Grosso continua a ostentar os mais altos índices de desmatamento da Amazônia. Só 2,5% do bioma no estado estão protegidos<sup>122</sup> e mais de 30% desse bioma foram desmatados<sup>123</sup>. Os produtores de soja são os principais responsáveis pelo aumento do desmatamento ao longo da BR-163 e arredores<sup>124</sup>, cujo crescimento nos últimos anos deve-se principalmente à expansão da soja ao longo da parte pavimentada dessa rodovia<sup>125</sup>. Como mostra o mapa, o desmatamento em grande escala pára quando a parte pavimentada da rodovia termina, no limite de Mato Grosso com o sul do Pará.

Além disso, há uma considerável apropriação de terras ao longo do trecho não pavimentado da BR-163<sup>126</sup>. Uma pequena cidade teve sua população duplicada em apenas dois anos para 25 mil habitantes, e o preço da terra subiu dez vezes<sup>127</sup>. Pequenos posseiros relatam aumento nas tensões, nos conflitos armados e assassinatos na área, tudo relacionado a disputas de terras<sup>128</sup>.

Várias investigações concluíram que a grilagem de terras é alarmante nos municípios que circundam Santarém, ao longo da BR-163<sup>129</sup>. Moradores mais antigos atestam que as pressões relacionadas à grilagem aumentaram<sup>130</sup>.

O asfaltamento da outra parte da rodovia está sendo adiado há muitos anos, para frustração da indústria da soja. Em 2003 o governador Blairo Maggi reuniu 30 companhias, entre elas ADM, Bunge e Cargill, para financiar o projeto, orçado em US\$ 175 milhões. A iniciativa não prosperou<sup>131</sup>. Os fazendeiros têm como alvo terras públicas ao longo da estrada, ricas em biodiversidade e importantes para as comunidades tradicionais que ali vivem.

## Invasão da soja no entorno do Parque Indígena do Xingu



- Parque/Reserva
- Plantações de soja
- Estradas
- Fazendas com soja
- Desmatamento até 2002
- Desmatamento 2003 - 2005

### Silos de armazenamento

- ADM
- Amaggi
- Bunge
- Cargill

## Espécie recém descoberta de macaco ameaçada pela soja

-  Local onde o macaco foi encontrado
-  Reserva das Castanheiras (proposta)
-  Desmatamento 1998
-  Desmatamento 2000
-  Desmatamento 2005



A BR-163 passa nas imediações do Parque Estadual das Castanheiras – a proposta de criar no local uma reserva para as castanheiras data de agosto de 2004. O Parque abrangeria uma área de 383 mil hectares do bioma Amazônia<sup>132</sup>.

Em abril de 1997, biólogos financiados pelo Banco Mundial identificaram na região o que acreditam ser uma nova espécie de primata, conhecido como 'macaco branco' (*Callicebus* sp)<sup>133</sup>, a cerca de 30km a leste da BR-163<sup>134</sup>. Há outras importantes espécies de macacos, jacaré, cobras, lagarto, morcegos, marsupiais, tamanduá, puma, cervo e cachorro do mato nessa área<sup>135</sup>.

De acordo com o cacique Caiapó Megaron Txucarramãe, a área proposta para a criação do parque é utilizada por seu povo para a coleta de plantas medicinais e castanha. É a única área de floresta remanescente nas proximidades onde as castanheiras ainda podem ser encontradas<sup>136</sup>. A espécie, nativa do Brasil, é fundamental para as comunidades da floresta, servindo para subsistência e meio de obter renda. Comerciantes de castanhas ao longo da BR-163 estimam que de 30% a 40% do dinheiro que circula em Itaúba estejam relacionados com o comércio de castanhas<sup>137</sup>.

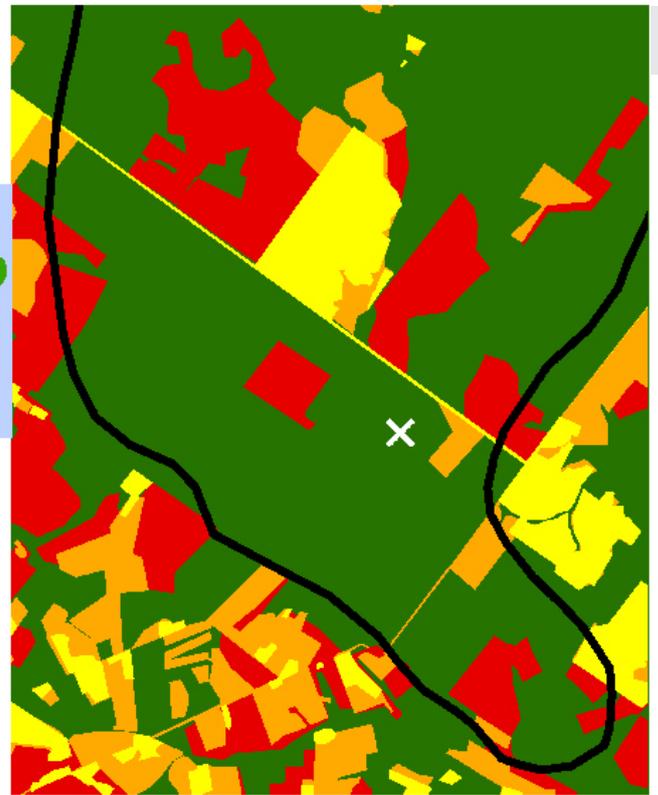
Em 1994, a castanheira foi incluída na lista oficial de espécies ameaçadas de extinção<sup>138</sup>, depois de uma década de intenso desmatamento<sup>139</sup>. A decisão do governo de tornar o corte dessas árvores ilegal não bastou, no entanto, para protegê-las da expansão da fronteira agrícola<sup>140</sup>. Quando não é derrubada ilegalmente, o fogo utilizado para limpar a terra para a agricultura quase sempre mata a castanheira isolada no meio do campo.

A freqüente invasão de fazendeiros já destruiu mais de 20% da área original proposta para o Parque Estadual das Castanheiras, enquanto políticos locais estão tentando reduzi-la à metade<sup>141</sup>. Bunge e Cargill instalaram silos nas proximidades<sup>142</sup>.

Sem a devida proteção das terras públicas em seu entorno, as rodovias são um estímulo à invasão de fazendeiros, ameaçando áreas de altíssimo valor para a biodiversidade, os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

### A RODOVIA DA SOJA, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

A rodovia da soja se estende da cidade de Feliz Natal até o limite, a oeste, do Parque Indígena Xingu, a maior área protegida da Bacia do Xingu (ver estudo de caso). No verão de 2004, a prefeitura abriu ilegalmente essa rodovia de 120 quilômetros, que vai a lugar nenhum, sem apresentar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Objetivo: estimular o desenvolvimento da soja na região. Quando acabaram seus recursos, a prefeitura isentou-se da responsabilidade. Em reunião da Câmara Municipal de Feliz Natal, em abril de 2005, um porta-voz do prefeito declarou que a legalização da rodovia não dependia da prefeitura, que a estrada tinha passado a ser projeto estadual<sup>143</sup>. O governo do estado planeja pavimentá-la, mas ainda não tem licença nem EIA/RIMA.



O Greenpeace verificou que 38 fazendeiros desmataram áreas próximas à rodovia<sup>144</sup>. Há 14 produtores de soja cujas propriedades estão às margens da estrada. Desses, oito retiraram a cobertura florestal da área nos últimos dois anos. Há pelo menos 100 mil hectares de terra ao longo da rodovia sendo oferecidos para venda pela internet por valores tão baixos quanto R\$ 50 o hectare. A terra pode ser paga até mesmo com a colheita da soja, quando for desmatada. Um vendedor descreve uma área de 10 mil hectares de floresta tropical como "excelente para a soja" e diz que desmatar e empilhar a madeira para ser queimada já está incluído no preço<sup>145</sup>.

Desde 2002, a produção de soja saltou de 2,5 mil para 45 mil hectares na área da rodovia<sup>146</sup>. Bunge e Cargill já construíram silos com capacidade para 60 toneladas de grãos<sup>147</sup> e oferecem crédito aos fazendeiros. Garantem a compra de toda a soja produzida, criando a base para a região se tornar um centro de produção de soja<sup>148</sup>.

Análise do Greenpeace, baseada em informações de satélites, mostra que a Rodovia da Soja tem impacto direto sobre um milhão de hectares da floresta tropical<sup>149</sup>, em termos de desmatamento. A produção de soja ali tem impactos ambientais muito mais amplos. O Greenpeace tem evidências documentais mostrando que Bunge e Cargill compraram soja de fazendas na área da rodovia<sup>150</sup>.

### GRILAGEM DE TERRAS: A BUSCA POR NOVAS FRONTEIRAS

A busca por terras em Mato Grosso, estimulada pela expansão da soja, tem intensificado a grilagem<sup>152</sup>. O Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra) estima que milhões de hectares de terras públicas foram fraudulentamente transferidos para o setor privado em Mato Grosso e estão sendo exploradas por grandes fazendeiros<sup>153</sup>.

Algumas das principais vítimas da grilagem e de outros abusos relacionados à expansão do agronegócio na floresta Amazônica são os povos indígenas e as comunidades tradicionais. A região é lar para cerca de 220 mil indivíduos de 180 nações indígenas diferentes<sup>154</sup>. A maioria mantém seu modo de vida tradicional. A floresta fornece alimento, abrigo, utensílios e remédios e desempenha papel fundamental na vida espiritual desses povos.

Especuladores e fazendeiros de soja aproveitam muito bem a falta de coordenação entre os órgãos de registro de terras, estaduais e federais. Grileiros se beneficiam da ausência de governo para expulsar posseiros com violência e invadir terras indígenas<sup>155</sup>. A grilagem é um negócio tão bom que áreas públicas são oferecidas até pela internet. Investigações do Greenpeace, em 2004, descobriram que 11 milhões de hectares de floresta tropical estavam à venda nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Roraima<sup>156</sup>.

### FAZENDA MEMBECA, TREZE DE MAIO, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

A Fazenda Membeca, no rio Talunakãnali, em Mato Grosso, pertencente a Sedeni Lucas Locks, é apenas uma das que estão invadindo terras tradicionais dos índios Manokis.

O território indígena, de 206 mil hectares, é reconhecido e deveria estar legalmente protegido, segundo a Constituição Brasileira<sup>157</sup>. Ainda que o processo administrativo estabeleça que é preciso 'demarcá-lo, protegê-lo e fazer respeitar a lei' com todas as vantagens para os índios<sup>158</sup>, há falhas em todos esses pontos. Assim como muitos outros povos indígenas, os Manokis estão expostos a ações de grilagem de terras.

De acordo com Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, o antropólogo que submeteu o relatório original ao governo em 2003, identificando a área dos Manokis, desde aquela época, tudo foi feito pelo governo para imobilizar o processo de demarcação. 'Enquanto isso, a soja entrou no território Manoki e a perspectiva de solução justa para eles parece cada vez mais distante'<sup>159</sup>.

Desde 2003, a Fazenda Membeca aumentou em pelo menos 20% o cultivo de soja em seus 8 mil hectares. E está desmatando ilegalmente mais floresta dentro do território dos Manokis para futuras plantações de soja<sup>160</sup>.

A Fazenda Membeca está localizada no município de Brasnorte, nova fronteira de soja que está se abrindo no oeste do Mato Grosso, ao longo da rodovia MT 170. Bunge, Cargill e Grupo André Maggi já instalaram silos no município. De lá, a soja vai de caminhão até Porto Velho, onde tanto Cargill como o Grupo André Maggi embarcam a soja pelo rio Madeira para seus terminais de exportação em Santarém (Cargill) e Itacoatiara (Grupo André Maggi). Dali, a soja é exportada para a Europa e outros mercados internacionais.

O Greenpeace tem evidências documentais de que Bunge e Cargill compraram soja da Fazenda Membeca.



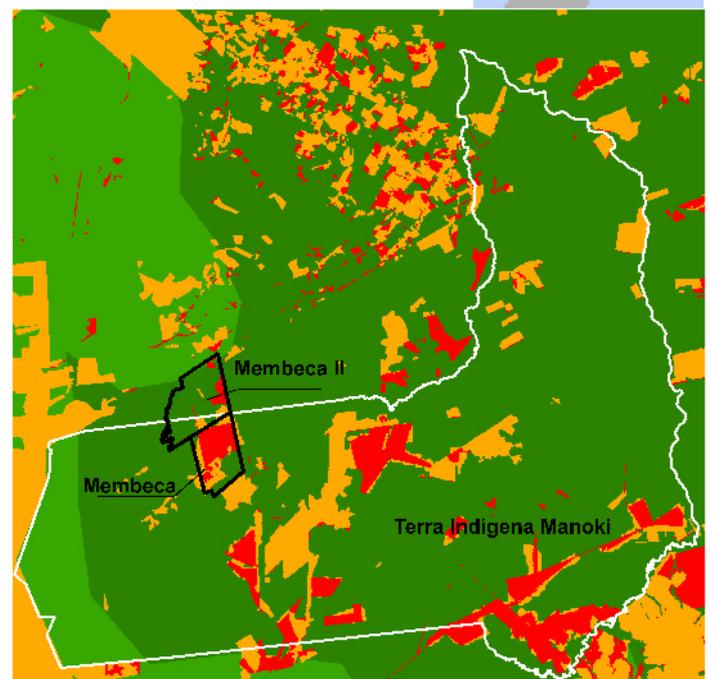
© Greenpeace/Beltrá

*O Brasil nunca encarou a situação do pessoal aqui. A calamidade aqui é feia. Conheço buraco aqui que tem duas, três caveiras dentro. Conheço beira da estrada que tem gente morta pelos fazendeiros'.*

**Trabalhador sem terra, Castelo dos Sonhos<sup>151</sup>**

#### Invasão da soja na Terra Indígena Manoki

- Terra Indígena Manoki
- Fazenda Membeca
- Bioma Amazônia
- Desmatamento até 2002
- Desmatamento 2003 - 2005





## TRABALHO ESCRAVO: O PREÇO SÓRDIDO DA SOJA BARATA

*‘O que conhecemos é apenas a ponta do iceberg. A estimativa oficial do número de escravos é muito maior do que o registrado. O número real pode chegar a 250 mil.’*

**Padre Ricardo Rezende, da campanha contra o trabalho escravo<sup>161</sup>**

*‘O trabalhador escravo não preocupa o proprietário de terra. Ele é usado como um item absolutamente temporário, como uma gilete descartável.’*

**Marcelo Campos, Ministro do Trabalho<sup>162</sup>**

O trabalho escravo anda de mãos dadas com a destruição ilegal da floresta e a violência da grilagem de terras<sup>163</sup>. Representa grande parte da mão-de-obra usada no desmatamento e ocorre principalmente nos estados com ‘forte expansão da fronteira agrícola sobre florestas nativas’<sup>164</sup>. Pará e Mato Grosso são os campeões.

Os chamados trabalhadores escravos não são ‘propriedade’ dos fazendeiros, mas pessoas pobres e desempregadas seduzidas por promessas de trabalho bem remunerado em regiões remotas. Ao chegar às fazendas, principalmente na Amazônia, têm seus documentos tomados. Passam a trabalhar freqüentemente sob a mira de armas, sem receber nada. Custam ao proprietário apenas a pouca alimentação que recebem. Se algum fica doente, é deixado às margens da estrada, e outro trabalhador é colocado em seu lugar<sup>165</sup>.

Investigação do Greenpeace mostra que não são os pequenos fazendeiros que usam trabalhadores escravos no Brasil. Isso é feito, geralmente, pelas maiores e mais modernas fazendas, algumas com aeroporto particular, que negociam no mercado internacional.

O Greenpeace tem evidências da relação entre trabalho escravo e traders transnacionais. Soja proveniente de fazendas envolvidas com trabalho escravo foi comercializada com Cargill, Bunge e Grupo André Maggi.

Em 2004, o governo brasileiro realizou 236 operações contra o emprego de mão-de-obra escrava, envolvendo 6.075 trabalhadores<sup>166</sup>, inclusive 127 crianças. O Pará lidera, com 2.475 trabalhadores nessas condições. Outros 1.012 foram encontrados em fazendas do Mato Grosso<sup>167</sup>. Por falta de funcionários, a fiscalização do governo é deficiente e apenas uma parte dos casos é denunciada ou investigada, e poucos responsáveis são julgados. Mesmo quando há julgamento, condenação e multa, esta prática continua sendo lucrativa – a multa representa um pequeno gasto de negócios. Até hoje, ninguém foi preso por isso<sup>168</sup>.

Em novembro de 2003, o governo publicou a primeira “Lista Suja” de fazendas condenadas pelo uso de trabalho escravo<sup>169</sup>. A lista, atualizada regularmente, divulga informações que, supostamente, ‘permitem o controle social, como, por exemplo, solicitar procedimentos legais ou até mesmo o boicote de produtos que tenham usado trabalho escravo em alguma etapa da fabricação’.<sup>170</sup>

Não é fácil entrar para a Lista Suja: o Grupo Móvel de Fiscalização do governo tem que encontrar os escravos, e os casos têm que ser levados à morosa Justiça brasileira. Sair da lista é fácil: basta pagar as multas recebidas no período de dois anos, compensar os direitos do trabalhador, pagando todos os salários e benefícios que ele deveria ter recebido, e não reincidir no crime.

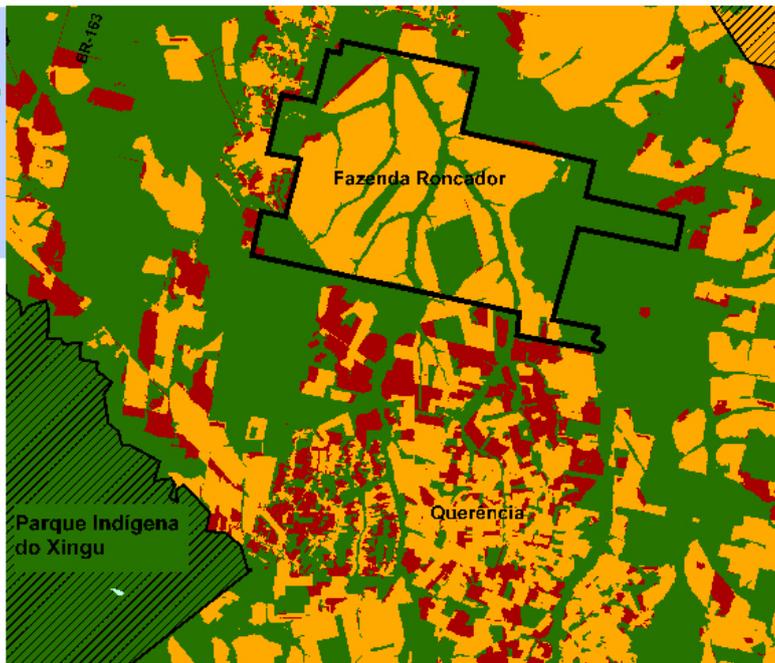
Por sua limitada capacidade de fazer cumprir a lei, o governo está pedindo ao mercado que aja. Mas investigações do Greenpeace mostram que o mercado é um policial ineficiente.

Em dezembro de 2005, o presidente do Grupo André Maggi assinou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo. Comprometeu-se a romper relações com fazendas da Lista Suja. A Cargill não assinou o documento. A Bunge assinou-o em fins de abril de 2006. O Grupo André Maggi alega que tem como política não financiar produtores envolvidos com trabalho escravo, conflitos com povos indígenas, problemas socioambientais ou desmatamento ilegal<sup>171</sup>. No entanto, em junho de 2005<sup>172</sup>, admitiu que estava comprando soja de fazendas onde 15 escravos foram libertados por agentes federais em 2002, incluindo a Fazenda Vó Gercy (ver adiante)<sup>173</sup>.



### Fazenda Roncador - fazenda mecanizada de soja que usa trabalho escravo

- Fazenda Roncador
- Desmatamento até 2002
- Desmatamento 2003 - 2005



## FAZENDA RONCADOR, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

Em nenhum lugar o avanço da soja na Amazônia é mais visível do que no município de Querência, 900 quilômetros a nordeste de Cuiabá, capital do Mato Grosso, no limite sul da expansão da fronteira agrícola em direção à floresta<sup>174</sup>. Diariamente, caminhões chegam trazendo agrotóxicos e saem levando soja. Entre 2003 e 2004, Querência apresentou um dos índices de desmatamento mais altos do Mato Grosso<sup>175</sup>.

A investigação do Greenpeace na região de Querência levou à Fazenda Roncador, uma das mais modernas do país. Avaliada em mais de US\$ 190 milhões na internet, ela pertence ao empresário brasileiro Pelerson Penido. Tem 150 mil hectares, com 106 mil cabeças de gado e 4 mil hectares plantados com soja. Possui aeroporto próprio, capaz de receber jatos, e 697 quilômetros de estradas pavimentadas<sup>176</sup>. Mais de 50% da área de floresta da fazenda foram destruídos<sup>177</sup>. De acordo com o Código Florestal, que permite desmatar no máximo 20% da propriedade rural na Amazônia, este desmatamento pode ser considerado ilegal.

A Fazenda Roncador usou mão-de-obra escrava de agosto de 1998 a agosto de 2004, quando o Ministério do Trabalho libertou 215 trabalhadores. Forçados a viver em barracos de plástico, sem cama ou banheiro, eles trabalhavam 16 horas por dia, sete dias por semana. Água para beber, cozinhar ou tomar banho vinha do bebedouro de gado e era armazenada em barris usados para estocar óleo diesel e lubrificantes. Não havia a possibilidade de deixar a fazenda. As mercadorias só podiam ser compradas na loja da fazenda, a preços extorsivos, deixando os trabalhadores com uma dívida crescente que nunca teriam condições de pagar<sup>178</sup> – prática conhecida como escravidão por dívida.

Embora Penido e outros envolvidos tenham sido acusados de formação de quadrilha e violação dos direitos trabalhistas, mais de 18 meses depois o caso continuava pendente na Justiça e a Fazenda Roncador produzindo soja para abastecer o mercado, fato documentado pelo Greenpeace em fevereiro de 2006<sup>179</sup>.

A expansão da soja em Querência tem atraído empresas como Bunge, Cargill e Grupo André Maggi<sup>180</sup>. O Grupo André Maggi tem 72,6 mil hectares de terras nos arredores da cidade<sup>181</sup> e, em 2005, abriu um novo silo para estocagem de 60 mil toneladas, com capacidade para receber 400 toneladas por hora. Maggi visava 'conseguir cem novos fornecedores nesse primeiro ano'<sup>182</sup>. Ainda em 2005, a Bunge foi recordista em exportação da soja de Querência para o Reino Unido (via Itacoatiara) e para a Itália (via Paranaguá)<sup>183</sup>.

## FAZENDA VÓ GERCY, MATO GROSSO (CERRADO)

Em junho de 2002, o governo fiscalizou a Fazenda Vó Gercy, de José Francisco de Moraes<sup>184</sup>. Trabalho escravo estava sendo usado para desmatar 120 hectares e expandir o cultivo dos 2.750 hectares de soja já existentes<sup>185</sup>. Quinze trabalhadores foram libertados<sup>186</sup> e o empregador, multado em R\$ 8.039<sup>187</sup>.

O Greenpeace tem evidências de que Cargill e Grupo André Maggi compraram soja de José Francisco, na época em que a fazenda foi fiscalizada. Bunge e Cargill também compraram soja de Moraes em março de 2003, nove meses após a fazenda ter sido autuada. A fazenda foi incluída na Lista Suja, atualizada em junho de 2004<sup>188</sup>, e permanece na última versão, publicada em 6 de fevereiro de 2006<sup>189</sup>.

## FAZENDA TUPY BARÃO, MATO GROSSO (BIOMA AMAZÔNIA)

Em setembro de 2001, o Grupo Móvel de Fiscalização libertou 69 trabalhadores escravos da Fazenda Tupy Barão, de propriedade da Agropecuária Tupy<sup>190</sup>. Eles estavam sujeitos à retenção fraudulenta de salários e presos a uma dívida sempre crescente pela compra de mercadorias. Eram mantidos na fazenda contra sua vontade e recebiam castigos físicos. Moravam em barracos feitos com ripas de bambu, cobertos com lonas ou sacos de nylon usados em embalagens de agrotóxicos.<sup>191</sup>

Em junho de 2004, a Fazenda Tupy Barão foi finalmente incluída na Lista Suja e ali permanece até a última versão, atualizada em 06 de fevereiro de 2006<sup>192</sup>. Em fevereiro de 2003, 16 meses após a fiscalização, Bunge e Grupo André Maggi compraram soja da Fazenda Tupy Barão<sup>193</sup>.

## FAZENDA VALE DO RIO VERDE, MATO GROSSO (CERRADO)

A Fazenda Vale do Rio Verde é parte da Agropecuária Vale do Rio Verde, controlada pelos irmãos Orlando e Caetano Polato. Cultiva soja, milho e algodão<sup>194</sup>. Em 2005, o Grupo Móvel de Fiscalização encontrou na fazenda 263 trabalhadores cujos direitos estavam sendo violados e oito em condições de escravidão. Quase todos eram do Maranhão, um dos estados mais pobres do Brasil. Não recebiam salários, seus documentos tinham sido tomados e eram forçados a trabalhar sob a mira de armas. Um dos capatazes trouxe um parente, policial, para intimidá-los. As condições de trabalho eram assustadoras: descalços, eles eram obrigados a arrancar raízes de árvores do solo para preparar a área para o plantio.

Não havia banheiros nem acomodações apropriadas. Comida e outras mercadorias só podiam ser compradas na venda da fazenda, a preços exorbitantes, deduzidos dos salários, configurando escravidão por dívida<sup>195</sup>. Os irmãos Polato, acusados de violar leis trabalhistas, foram multados em R\$ 140.000 para pagamento de salários<sup>196</sup>.

Em junho de 2005, a fazenda entrou na Lista Suja<sup>197</sup>.

O Greenpeace tem evidências de que o Grupo André Maggi, ADM e Cargill compraram soja da Fazenda Vale do Rio Verde.

## MAIORES TRADERS ENVOLVIDOS EM PRÁTICAS ILEGAIS E NA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

	ADM	Bunge	Cargill	Grupo André Maggi
<b>Construiu infraestrutura na Amazônia</b>				
Número de silos no bioma Amazônia	4	6	13	13
Portos e estrutura para armazenamento			●	●
Porto graneleiro ilegal – Santarém			●	
<b>Recebeu financiamento internacional</b>				
Bancos públicos – Corporação Financeira Internacional (IFC), Banco Mundial				●
Bancos Privados – Rabobank, HSBC etc.				●
<b>Comprou de fazendas envolvidas em grilagem de terras</b>				
Fazenda Membeca – Terra Indígena Manoki, bioma Amazônia		●	●	
Fazenda Lavras – bioma Amazônia			●	
<b>Comprou de fazendas localizadas em áreas propostas para proteção</b>				
Fazenda Rio Azul – Parque Estadual das Castanheiras	asc*	asc*	asc*	asc*
<b>Comprou de fazendas que usam trabalho escravo</b>				
Fazenda Roncador – bioma Amazônia	asc*	asc*	asc*	asc*
Fazenda Vó Gercy – bioma Cerrado		●	●	●
Fazenda Tupy Barão – bioma Amazônia		●		●
Fazenda Vale do Rio Verde – bioma Cerrado	●		●	●
<b>Comprou de fazendeiros ao longo da ilegal Rodovia da Soja</b>				
Saul Stefanello – bioma Amazônia			●	
Giovani Zamberlan – bioma Amazônia			●	
Eliseu Zamberlan – bioma Amazônia		●	●	
Agenor Favarin – bioma Amazônia		●		
<b>Comprou de fazendas que plantam soja transgênica</b>				
Antonio Galvan, presidente da Associação de Agricultores de Sinop – bioma Amazônia	●	●	●	●
Fazenda São Carlos – bioma Amazônia	●	●	●	●

\*asc - a ser confirmado







© Greenpeace/Beltrá

*'Santarém, a nova fronteira agrícola do mundo...  
O futuro da BR-163 começa aqui'.*

**Placa da Cargill, em Santarém <sup>199</sup>**

# CARGILL EM SANTARÉM: A MAIS CULPADA DAS MULTINACIONAIS DE SOJA

*‘Enquanto as terras disponíveis no norte do Mato Grosso continuam sendo adquiridas a passos rápidos, a valorização das terras tem empurrado a produção de soja para novas áreas nos estados do Pará, Tocantins e Rondônia, com terras a preços acessíveis e baixos custos de transporte devido aos portos graneleiros construídos em Santarém e Itacoatiara’.*

Relatório do US GAIN<sup>198</sup>

*Nos arredores de Santarém, o acre de terra custa apenas US\$18. US\$ 106 para desmatar.*

**Gilmar Tirapelle, economista agrônomo da Cargill.<sup>200</sup>**

Cargill é a maior empresa privada dos Estados Unidos, possivelmente do mundo<sup>201</sup>, com receita aproximada de US\$ 63 bilhões em 2003<sup>202</sup>. Fundada em 1865, sua sede é uma réplica de castelo francês nos arredores de Mineápolis, Minnesota, EUA. É soberana incontestável no comércio internacional de grãos e de alimentos: ‘Nós compramos, comercializamos, transportamos, misturamos, moemos, trituramos, processamos, refinamos, condimentamos, distribuímos e entregamos a qualquer hora, em qualquer lugar’<sup>203</sup>.

O Brasil é uma das maiores fontes de lucro da Cargill fora dos Estados Unidos<sup>204</sup>. A empresa aumentou seu potencial de exportação de soja com novos portos graneleiros em Santarém e Porto Velho. Ávida por rotas mais curtas e baratas para levar a produção da Amazônia para a Europa, instalou-se em Santarém na extremidade da BR-163, a porta norte na rota de exportação. A Cargill estima que entre dois e três milhões de toneladas de soja serão transportadas por ano para suas instalações em Santarém quando a BR-163 for pavimentada<sup>205</sup>.

A Cargill investiu US\$ 20 milhões para construir (ilegalmente) o terminal graneleiro de Santarém, o primeiro da região. São dois silos – um com capacidade de armazenar 60 mil toneladas de soja seca e outro com capacidade de secar 2,5 mil toneladas de soja verde/dia – e uma ponte rolante com três conexões para carregamento dos navios<sup>206</sup> e dois sugadores para descarregar balsas de soja. O terminal ainda não alcançou sua capacidade máxima e menos de 10% da soja que passa pelo porto vêm da região de Santarém e Belterra<sup>207</sup>. A maior parte vem de Rondônia e Mato Grosso<sup>208</sup>.

## O TERMINAL DA CARGILL EM SANTARÉM É ILEGAL

*‘O porto da Cargill não é legal’*

**Felício Pontes Jr., Procurador Federal da República em Belém, no Pará<sup>209</sup>**

Em junho de 1999, o Ministério Público Federal em Santarém deu início a uma ação exigindo que a Companhia Docas do Pará (CDP) realizasse Estudos de Impacto Ambiental (EIA) antes de abrir licitação para construção de novos terminais no porto<sup>210</sup>. Por meio de liminar, a CDP conseguiu abrir a concorrência para quatro terminais portuários, e a Cargill venceu uma delas. Com a mesma liminar, a Cargill construiu o terminal graneleiro em Santarém, sem EIA. Não houve candidatos para os três outros terminais.

Em novembro de 2003, a Justiça suspendeu a liminar dada à CDP, mas o porto da Cargill já estava operando. Durante a construção, destruiu uma praia usada por pescadores locais e inviabilizou pequenos negócios de 25 famílias.<sup>211</sup>

Em dezembro de 2003, o Ministério Público pediu a demolição do porto e a suspensão imediata das atividades da Cargill<sup>212</sup>. Em janeiro de 2004, o juiz federal Nelson Loureiro ordenou a paralisação das atividades, sob pena de multa de R\$ 100 mil<sup>213</sup>, mas a decisão foi rapidamente revogada<sup>214</sup> por outro juiz.

Em maio de 2004, a Justiça Federal de Santarém determinou que a Cargill realizasse o EIA, mas a Cargill e o governo do estado apelaram da decisão<sup>215</sup>. A empresa continuou desafiando a legislação: ‘Não, não faremos nenhum EIA!’<sup>216</sup>.

Finalmente, em fevereiro de 2006, o Tribunal Federal Regional (TRF) condenou a Cargill a realizar o EIA para o porto instalado às margens do rio Tapajós e em sua área de influência. A decisão da Justiça também determinou que a Cargill e o estado do Pará recuperem qualquer dano ambiental que for comprovado na região<sup>217</sup>.

Investigações do Greenpeace mostram que o porto da Cargill em Santarém, além de ilegal, também legaliza soja proveniente de áreas desmatadas ilegalmente e destinada ao mercado internacional (ver caso da Fazenda Lavras, adiante). O tamanho e a localização do terminal mostram que a Cargill está contando com o aumento na área desmatada para preencher a capacidade de exportação. O porto também representa incentivo para abertura de novas áreas em Rondônia e no Pará, ao longo da BR-163.



© Greenpeace/Beltrá

*'Simplesmente disseram pra eles saírem de dentro da casa que era deles, que a área era deles, que eles não tinham mais nada.*

*Queimaram a casa e destruíram um bocado do que ele tinha... foi horrível...*

*Eles queimaram 20 casas de companheiros aqui.*

*Um humilharam, pegaram ele na roça, trouxeram empurrando com espingarda.*

*Outros, eles ficaram de lado assistindo queimar as coisas dele na casa.*

*Nós vivemos um tempo de um terror, de uma coisa horrível'.*

**Zezinho, Santarém<sup>218</sup>**

## OS IMPACTOS DA CARGILL EM SANTARÉM

Desde que a Cargill chegou a Santarém, a soja tem sido importante indutor do desmatamento da região. Entre 2002 e 2004, o desmatamento saltou de 15 mil para 28 mil hectares em Santarém e na vizinha Belterra, no Pará<sup>219</sup>. Áreas de florestas começaram a dar lugar a monoculturas de soja mecanizadas.

A conversão direta de florestas em plantações de soja na região de Santarém é estimada em 10% do total desmatado nos últimos anos<sup>220</sup>. Muitas áreas também são convertidas indiretamente – florestas secundárias são derrubadas e posseiros são expulsos de terras já desmatadas, empurrando a destruição para outras áreas de floresta.

Em agosto de 2002, o diretor da Cargill em Santarém declarou que a região tinha potencial para produzir, por ano, um milhão de toneladas de soja em 300 mil hectares de terra<sup>221</sup>. Segundo o gerente da empresa em Santarém, cerca de 14 mil hectares já estavam sendo cultivados em Belterra e Santarém em 2004, produzindo 34 mil toneladas de soja anualmente<sup>222</sup>. Desde então, fazendeiros do sul do país passaram a comprar terras na região e novas estradas foram abertas<sup>223</sup>. A Cargill não faz segredo de ajudar ativamente fazendeiros do sul a se estabelecerem em Santarém<sup>224</sup>. Ao pré-financiar a colheita de soja, torna o plantio economicamente atrativo para produtores – e ajuda a financiar a conversão de floresta.

Com a chegada da Cargill e de produtores de soja, o preço da terra subiu mais de 6.600% desde de 2002, para R\$ 1.000/2.000 por hectare, embora a terra ainda seja mais barata do que no Mato Grosso<sup>225</sup>. Órgãos de governos estaduais e municipais têm sido acusados de envolvimento ativo com grilagem de terra<sup>226</sup>.

### FAZENDA LAVRAS, PARÁ (BIOMA AMAZÔNIA)

Investigações do Greenpeace relacionam de forma conclusiva o terminal graneleiro da Cargill em Santarém com grilagem de terras e desmatamento ilegal. O Greenpeace rastreou soja no terminal vinda da Fazenda Lavras, administrada pelos irmãos Edno e Clóvis Cortezia. Em outubro de 2004, eles assinaram contrato com a Cargill para fornecer 600 toneladas de soja antes do final de julho de 2005<sup>227</sup>.

Em 2000, quando rumores sobre a futura instalação de terminal de exportação da Cargill em Santarém chegaram ao sul, Edno e Clóvis Cortezia estabeleceram a Fazenda Lavras, de 8 mil hectares, a 20 quilômetros de Santarém, na margem oeste da BR-163 (ver mapa).

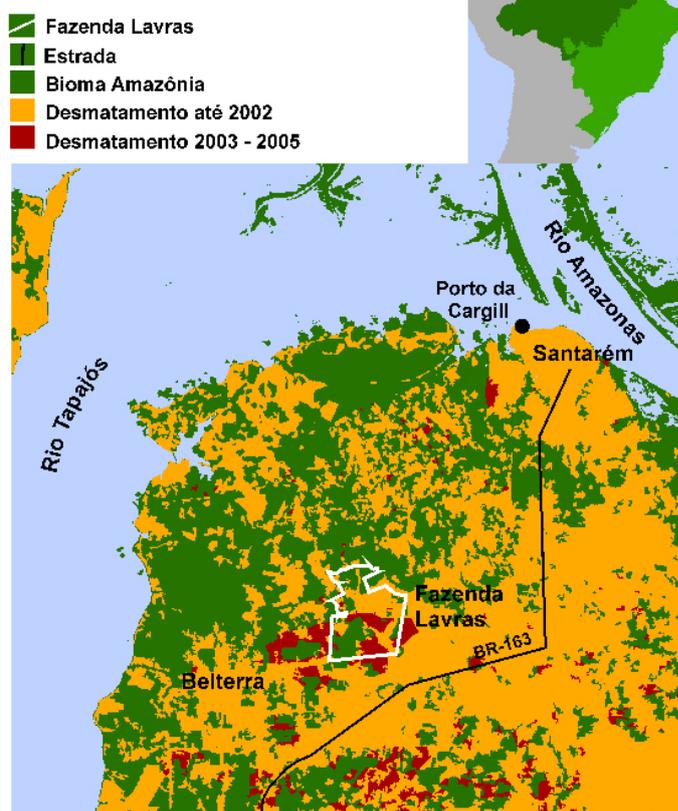
Os irmãos Cortezia adquiriram, de maneira fraudulenta, títulos de terra de áreas ocupadas por colonos e de áreas públicas, com a ajuda de um advogado investigado pela Polícia Federal por facilitar grilagem de terras. Os irmãos vêm tentando legalizar a posse das terras.

Em 2002, eles pagaram o Imposto Territorial Rural numa agência bancária, para dar impressão de legalidade<sup>228</sup>. Usando o recibo de pagamento do imposto, puderam fazer empréstimos em bancos para financiar a expansão da soja.

Em 2003, os Irmãos Cortezia tentaram registrar a posse de ‘apenas’ 2.487 hectares da fazenda<sup>229</sup>. A explicação é simples: só é possível obter título de propriedade final da terra para áreas maiores do que 2,5 mil hectares com aprovação do Congresso Nacional.

Mesmo que conseguissem obter documentos oficiais, ainda que de forma ilegal, para esta área da fazenda, 1.718 hectares já foram desmatados<sup>230</sup>. Só este desmatamento já está acima do permitido pela lei florestal brasileira – o Código Florestal estabelece que propriedades privadas na Amazônia devem ter 80% de suas áreas de florestas preservadas<sup>231</sup>.

#### Grilagem de terras na região de Santarém - Fazenda Lavras





© Greenpeace/Sims

*'As companhias deveriam evitar situações de cumplicidade por razões de princípio'*

**Global Compact/Sumário OHCHR, (2005)<sup>233</sup>**

# CORPORAÇÕES EUROPEIAS: CÚMPLICES NA DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

*'Biodiversidade é a soma de todas as espécies de vida na Terra ... Os sistemas de produção agrícola e de alimentos deveriam proteger espécies nativas e a biodiversidade, preservando os habitats naturais'.*

**McDonald's, 'Diretrizes para o fornecimento socialmente responsável de alimentos'<sup>232</sup>**

## DA AMAZÔNIA PARA A EUROPA

Em 2005, soja proveniente de municípios localizados dentro do bioma Amazônia foi embarcada para o mercado internacional por sete grandes portos brasileiros: Itacoatiara (AM), Santarém (PA), Ponta de Madeira, em São Luis (MA), Tubarão, em Vitória (ES), Santos (SP), Paranaguá (PR) e São Francisco do Sul (SC) (ver mapa)<sup>234</sup>.

Cerca de 15% do total da soja importada pela União Européia vêm do Mato Grosso<sup>235</sup>. A maior parte dessa soja é exportada diretamente por esses sete portos (Anexo 1). Uma quantidade desconhecida de farelo, produzida no Mato Grosso, é exportada para a Europa por outros estados. A Cargill transporta grãos de soja de muitos silos no Mato Grosso para sua unidade de esmagamento em Minas Gerais. De lá, o farelo de soja é, então, exportado.<sup>236</sup>

Quase toda a soja que passa pelo terminal da Cargill em Santarém é destinada à Europa. Das 787 mil toneladas de soja exportadas dali<sup>237</sup> em 2005, foram 52% para Holanda; 31% para Reino Unido; 6,5% para Espanha e 6% para França<sup>238</sup>. Holanda é o centro de recepção e distribuição para países da Europa, como Alemanha, Suíça e Reino Unido.

Investigações do Greenpeace no Brasil identificaram a ligação entre soja de áreas de desmatamento ilegal, de trabalho escravo e outros crimes na Amazônia com multinacionais como a Cargill.

Nossas investigações na Europa contam a outra metade da história, revelando a ligação entre os responsáveis pelos crimes ambientais e abusos sociais cometidos na Amazônia e seus parceiros europeus: processadores de alimentos, supermercados e cadeias de fast food.

Muitas corporações europeias e transnacionais assumiram publicamente a adesão a políticas corporativas de responsabilidade social (Corporate Social Responsibility – CSR, em

inglês). As políticas CSR expressam o compromisso de minimizar o impacto social e ambiental das atividades econômicas e de trabalhar contra a corrupção e pelo respeito aos direitos humanos. Se as empresas não cumprem os compromissos assumidos, essas políticas se tornam palavras vazias.

Apesar da propaganda de grandes marcas europeias e internacionais sobre suas políticas de responsabilidade social, nenhuma das 30 maiores redes de supermercados e fast food procuradas pelo Greenpeace<sup>239</sup> foi capaz de informar se a soja da ração animal usada por seus fornecedores de carne era da Amazônia ou não. Mas suas atitudes variaram<sup>240</sup>:

**Lamentável:** Um dos principais supermercados europeus, que alega dispor de auditoria independente sobre a origem de seus produtos admitiu que, 'no caso do óleo de palmáceas e da soja, infelizmente, nós, como todos os outros principais varejistas e produtores, não temos atualmente como rastrear sua origem'.

**Complacente:** A rede Burger King respondeu com desdém. Sobre a origem da soja que utiliza disse: 'Infelizmente não temos recursos para responder questões específicas, mas você pode obter informações na biblioteca local'.

**Fingindo inocência:** KFC e Pizza Hut se omitiram, afirmando que as principais regiões produtoras de soja no Brasil estão longe da região amazônica – metade do Mato Grosso está no bioma Amazônia, e o estado responde por um terço das exportações brasileiras de soja para a Europa<sup>241</sup>. Admitiram, no entanto, comprar frango dos 'mesmos fornecedores dos principais varejistas'.

**Passando o problema adiante:** 'Essa é uma questão para ser respondida pelos nossos fornecedores de ração animal que, por sua vez, fornecem para nossos fornecedores de produtos', foi a resposta de supermercados sobre a origem da soja. A Cargill, maior fornecedora dos supermercados, afirma: 'São nossos clientes que determinam o que processamos e fornecemos'.

Por mais que se escondam por trás das políticas CSR e por mais 'verde' que seu marketing possa parecer, ao ignorar a questão da soja na Amazônia, essas empresas se tornam cúmplices silenciosas da destruição da maior floresta tropical do planeta.

O crime se alastra pela indústria de alimentos da Europa. A soja é a principal proteína das rações animais e ingrediente de inúmeros produtos processados, inclusive o pão. Embora o volume de soja da Amazônia seja relativamente pequeno na escala do mercado global, sua origem se perde quando é transformada em ração na Europa. Assim, a indústria de alimentos como um todo corre o risco de ser parceira neste crime socioambiental.

## O PASSO-A-PASSO DOS CRIMES DA SOJA AMAZÔNICA

Há muitas ligações entre os produtores de soja na Amazônia e produtos com frango ou carne de porco vendidos em redes de supermercados e fast food na Europa.

Quando se trata de seus próprios produtos com carne de frango, a Cargill controla toda a cadeia: desde o cultivo de soja na Amazônia até as redes de supermercados e fast food, passando pela produção e distribuição da carne de frango.

O diagrama simplificado ilustra a cadeia de abastecimento de soja da Cargill até chegar às redes de supermercados e de fast food na Europa.

1

### Passo um – crime na Amazônia para exportação

**Produção de soja criminosa** (exemplo, Fazenda Membeca, Fazenda Vó Gercy e Fazenda Lacras)

**Comércio/Processamento** (ex. Cargill)

**Transporte/ Baldeação de carga** (ex. Porto Velho para Santarém)

**Exportação** (ex. Santarém, Santos)

### Passo dois – chegando nos portos até o fazendeiro europeu

**Importação** (ex. Amsterdã, Liverpool)

**Distribuição Interna** (ex. Holanda para o Reino Unido)

**Importador/Processador** (ex. Cargill)

**Processador de ração animal** (ex. Sun Valley, subsidiária da Cargill)

**Processador de carne** (ex. Sun Valley)

### Passo três – do processador de alimentos aos supermercados e redes de fast food

**Matadouro** (ex. Sun Valley)

**Processador de alimentos** (ex. Vion Food Group, Sun Valley)

**Supermercados/ Redes de fast food** (ex. Mc Donalds, rede de supermercados Dutch Laurus, KFC da Holanda)

3



© Greenpeace/Rudhart



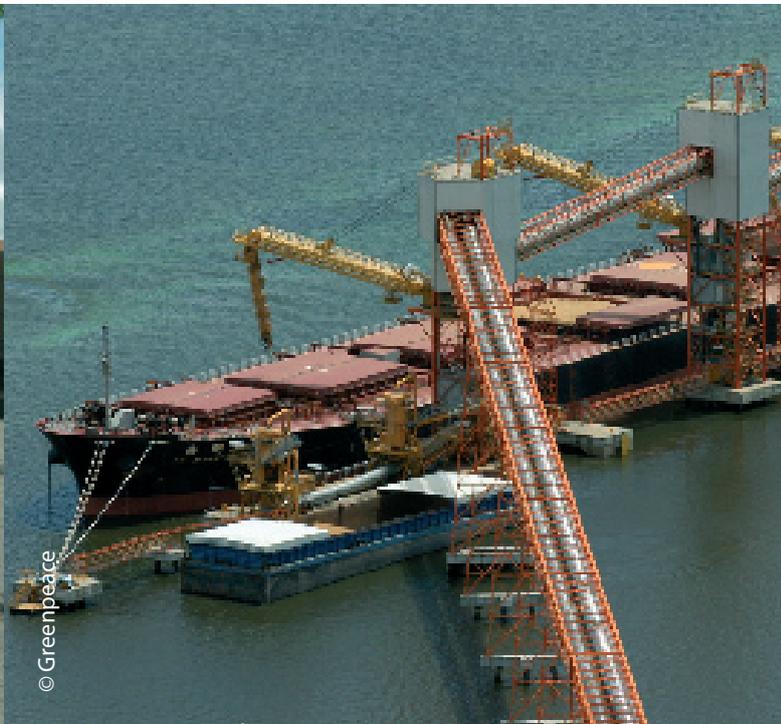
© Greenpeace/Sims



© Greenpeace



© Greenpeace/Beltra



© Greenpeace



© Greenpeace/Beltra



© Greenpeace



© Greenpeace



© Greenpeace

## O CASO McNUGGETS DA McDONALD'S

*'A missão da McDonald's... envolve proteger o meio ambiente tanto em nível local quanto global. Esforçamo-nos para garantir que ativo na vida das futuras gerações... A preservação de áreas de floresta tropical é uma prioridade para o McDonald's.'*<sup>242</sup>

*'Nossa influência no mercado traz a responsabilidade e preço... Apoiar ações responsáveis em nossa cadeia de fornecedores ajuda a promover importantes objetivos sociais, econômicos e ambientais e vai assegurar o fornecimento contínuo de ingredientes de alta qualidade que necessitaremos no futuro... Responsabilidade social é uma das prioridades da cadeia de fornecedores estratégicos'*<sup>243</sup>.

Os McNuggets estão no menu do McDonald's em Barcelona, Hamburgo, Londres, Marselha ou Milão. O lanche é tão barato e tão universal que você pode se esquecer facilmente do custo ambiental desse alimento. O McDonald's tem uma política corporativa de responsabilidade social (CSR) explícita de proteger as florestas tropicais não comprando carne de áreas recentemente desmatadas<sup>244</sup>. Quem poderia pensar que esses pedacinhos de frango estão ajudando a impulsionar a destruição da Amazônia?

O caso do McNuggets do McDonald's é um retrato de como a indústria de alimentos na Europa pode alimentar a destruição da Amazônia com sua demanda crescente por soja. A Cargill controla cada elo da cadeia – desde o cultivo de soja em fazendas na Amazônia até as fábricas que produzem os nuggets que abastecem os McDonald's em toda a Europa.

O McDonald's é uma das marcas mais conhecidas do mundo. Seu símbolo está em toda a parte. Fundado em 1954, é a maior rede de fast food do mundo. Tem 31 mil restaurantes, emprega 1,5 milhão de pessoas e atende 47 milhões de consumidores em mais de 100 países todos os dias<sup>245</sup>. Nos EUA, é o maior comprador de carne bovina e um dos maiores de carne de frango e de porco<sup>146</sup>.

McDonald's na Europa:

- vendeu mais de US\$6,7 bilhões em 2004<sup>247</sup>
- foi responsável por 35% do total de vendas da empresa<sup>248</sup>
- opera 6,2 mil restaurantes, atende cerca de 10 milhões de pessoas por dia<sup>249</sup>
- utiliza 170 mil toneladas de carne de boi e 110 mil de carne de frango por ano<sup>250</sup>
- diz que o fornecimento da carne de boi vem de mais de 500 mil fazendeiros<sup>251</sup>

O McDonald's diz que 'a preservação da floresta tropical' é sua maior prioridade<sup>252</sup> e que está 'comprometido em estabelecer e executar práticas ambientalmente responsáveis'<sup>253</sup>. Sua política sobre floresta tropical afirma: 'O McDonald's não permite e nem permitirá a destruição de florestas tropicais para fornecimento de carne bovina'<sup>254</sup>. O que esta política não inclui é a ração dada aos frangos que viram Chicken McNuggets ou aos bois e porcos que são usados na fabricação de outros produtos.

Investigações do Greenpeace mostram que, apesar das afirmações do McDonald's de ser amigo das florestas, seus produtos estão envolvidos com o rastro de destruição criado pela indústria da soja no coração da floresta amazônica.

### DA AMAZÔNIA PARA A SUN VALLEY, SUBSIDIÁRIA DA CARGILL – E, DAÍ PARA A McDONALD'S

*'Estamos investindo em um terminal de exportação no porto de Santarém, no norte do Brasil... Daqui exportamos soja proveniente principalmente do estado do Mato Grosso, na região centro-oeste do bém... da região de Santarém'*

**Carta da Sun Valley para um colaborador do Greenpeace, em 23 de fevereiro de 2006**

## O McDonald's nomeia a Cargill como 'a fornecedora do ano'.

**Mineápolis-St. Paul Business Journal, 12 de dezembro de**

Liverpool é um dos portos de maior atividade do Reino Unido. Em 2004, importou quase 3 milhões de toneladas de ração animal. A rede nacional de rodovias expressas chega até os portões das docas, permitindo transporte rápido da ração até os moinhos do país<sup>255</sup>.

Estatísticas brasileiras indicam que, entre março de 2005 e fevereiro de 2006, a Cargill exportou mais de 220 mil toneladas de soja vindas de Mato Grosso, Pará e Rondônia, por seu porto em Santarém, para o Reino Unido – a maioria para Liverpool<sup>256</sup>.

O Greenpeace rastreou essa soja do terminal da Cargill em Liverpool até sua subsidiária Sun Valley. Em conversa com dois gerentes da Sun Valley<sup>257</sup>, o Greenpeace confirmou que 25% da ração usada pela Sun Valley para alimentar frangos era soja brasileira, fornecida quase que exclusivamente pelo terminal da Cargill em Liverpool. Outros 25% são uma mistura de ingredientes, incluindo óleo de soja. Os 50% restantes são, principalmente, trigo produzido localmente<sup>258</sup>.

## ALIMENTOS SUN VALLEY NA EUROPA

A Sun Valley é um exemplo da produção integrada de alimentos. Fundada em 1960, foi comprada pela Cargill em 1980. Atualmente, opera em toda a Europa<sup>259</sup>.

A empresa processa um milhão de frangos por semana, entre carne fresca e congelada e vende de 250 a 300 toneladas de produtos com valor agregado por semana<sup>260</sup>. Seus maiores compradores são o McDonald's e a rede de supermercados Morrisons<sup>261</sup>.

Com unidades em Wolverhampton e Orléans, na França<sup>262</sup>, a Sun Valley é a maior fornecedora de frangos para o McDonald's na Europa e no Reino Unido, abastecendo a rede com Chicken McNuggets e sanduíches. Responde pela metade de todos os produtos de frango usados pelo McDonald's na Europa<sup>263</sup>. Também produz com marca própria e fornece a outras empresas varejistas que usam marcas próprias.

A Sun Valley tem seus próprios moinhos na fábrica de frangos integrada à empresa, perto de Hereford<sup>264</sup>, na Inglaterra, e produz ração incluindo soja brasileira importada pelo terminal da Cargill em Liverpool<sup>265</sup>.

Em 2000, comprometeu-se a só usar ingredientes não transgênicos em sua ração para frangos<sup>266</sup>.

## RESPONSABILIDADE OU MAQUIAGEM VERDE?

O McDonald's é apenas um exemplo de jogador importante em um jogo no qual a maioria é criminosa. Apesar de gastar milhões com políticas corporativas de responsabilidade social para limpar sua imagem e se gabar de não comprar carne bovina proveniente de áreas de floresta tropical (uma resposta a campanhas de grupos de ambientalistas e consumidores), o McDonald's, a exemplo de outras empresas de fast food, tem uma visão pouco clara do papel que a soja que consome – direta ou indiretamente – tem na destruição da Amazônia.

Recentemente, após intensa campanha do Greenpeace contra a soja amazônica, o McDonald's se dispôs a discutir mudanças concretas de comportamento e assumir sua responsabilidade corporativa para com o futuro da região. Trabalho escravo, poluição e desmatamento estão relacionados com a soja produzida no bioma Amazônia. Empresas sérias e preocupadas devem enxergar a oportunidade de uma mudança real em suas políticas de compra, mantendo-se longe da soja amazônica.

## CARGILL EM AMSTERDÃ: RELAÇÃO COM OS SETORES DE SUPERMERCADOS E FAST FOOD

Em 2005, mais da metade da soja exportada pelo porto da Cargill em Santarém foi destinada ao terminal da Cargill em Amsterdã. A soja vinha de Mato Grosso, Pará e Rondônia<sup>267</sup>.

A Cargill é a maior fornecedora para a indústria de ração animal holandesa. Fazendeiros que fornecem porcos para o grupo holandês Vion Food, por exemplo, compram ração animal de fornecedores<sup>268</sup> que se abastecem de farelo de soja da Cargill em Amsterdã<sup>269</sup>. O Grupo Vion Food controla mais de 8% do mercado de porcos na Europa, abastecendo sete países da União Européia<sup>270</sup>, incluindo grandes redes de supermercados, como Dutch Laurus, da Holanda<sup>271</sup>.

Outra grande empresa de ração holandesa, Heus Brokking Koudijs, é também compradora da Cargill em Amsterdã<sup>272</sup>. Abastece a linha de produção e abate de frangos da companhia Stortebomm<sup>273</sup>, que fornece carne de frango para a KFC da Holanda<sup>274</sup>.

*Por volta de 2050, as atuais tendências de expansão da agricultura irão ter eliminado um total de 40% de florestas na Amazônia, incluindo, pelo menos, dois terços da cobertura florestal das seis maiores bacias hidrográficas e doze ecorregiões, liberando carbono na atmosfera [...] equivalente à emissão de quatro anos do atual nível anual no mundo todo.*

**Nature**, março de 2006 <sup>277</sup>





# ESTRATÉGIAS PARA PROTEGER A AMAZÔNIA E O CLIMA GLOBAL

Soluções para a destruição da Amazônia causada pela soja precisam partir de duas diretrizes: uma ambiental, para a floresta tropical e o meio ambiente; outra agrônômica e econômica, para o mercado global de ração, de modo a minimizar seu impacto ambiental.

## GRANDES ÁREAS PROTEGIDAS

### - O quê a Amazônia precisa e onde

O Brasil tem duas faces: uma linda e outra feia. A floresta Amazônica é o mais rico habitat do mundo, mas o índice de destruição dessa floresta é também o mais alto do mundo<sup>275</sup>. A floresta Amazônica contém significativa proporção da biodiversidade mundial, com até 300 espécies de árvores em um único hectare<sup>276</sup>. Estudo recente, publicado na revista *Nature*, de março de 2005, mostra que as estratégias de conservação do governo brasileiro significam muito pouco diante do que é necessário para prevenir a crescente destruição. Hoje, a tendência é a de que criadores de gado e fazendeiros de soja destruirão 40% da floresta amazônica do Brasil até 2050, ameaçando a biodiversidade e contribuindo massivamente para o desequilíbrio climático do planeta<sup>277</sup>.

As áreas críticas estão justamente onde os interesses do agronegócio encontram a floresta. Ali, as estratégias para proteger a biodiversidade e conter a expansão ilegal da agricultura são simples e comprovadas – mas somente se forem efetivamente implementadas. Grandes áreas protegidas – parques nacionais, reservas biológicas, territórios indígenas demarcados, reservas extrativistas, áreas comunitárias – são cruciais para prevenir a perda de espécies e dar apoio adequado aos povos indígenas<sup>278</sup>. Quando essas áreas são fragmentadas ou isoladas, põe-se em risco uma gama imensa de animais predadores, como onças, pumas, aves de rapina e cachorros do mato<sup>279</sup>, destruindo todo o equilíbrio ecológico.

As terras indígenas também requerem grandes áreas para manter a cultura tradicional e a subsistência. Vastos territórios permitem o uso da terra de modo não intensivo, porque há espaço para mudanças periódicas, permitindo a recuperação das áreas exploradas. Povos indígenas inteiros dependem dessas grandes áreas para que possam sobreviver e preservar a tradição para as futuras gerações<sup>280</sup>.

Grandes reservas florestais atuam também como barreiras antifogo, diminuindo o impacto de incêndios catastróficos que poderiam destruir ainda mais a biodiversidade<sup>281</sup>.

Localização é outro fator crucial. Em regiões estratégicas vulneráveis, grandes áreas protegidas agem como anteparo contra a grilagem que precede o desmatamento e o avanço da fronteira agrícola. Um especulador não pode falsificar documentos e se apresentar como proprietário de uma terra que está claramente definida como área de proteção.

Ação recente do governo brasileiro comprova que esta estratégia funciona. Entre 2004 e fevereiro de 2006, o governo Lula declarou como área de proteção cerca de 14,5 milhões de hectares da floresta tropical amazônica, criando parques nacionais, florestas nacionais e áreas limitadas ao uso comunitário<sup>282</sup>. Outras terras indígenas foram oficialmente demarcadas, o que é fundamental para defendê-las de invasões ilegais.

Os resultados falam por si: após o triste recorde no período 2003-2004, os níveis de desmatamento caíram em 30%, para 18.900 km<sup>2</sup>, no período seguinte, voltando à média dos últimos 25 anos.

Investigações do Greenpeace em áreas protegidas recentemente criadas mostram que os grileiros estão agora buscando áreas vulneráveis em outros lugares. Entre elas, as fronteiras não protegidas no estado do Amazonas, ao longo da rodovia Transamazônica e da rodovia BR 319, que liga Manaus a Porto Velho.

O governo brasileiro se comprometeu a proteger 10% da Amazônia até 2013<sup>283</sup>. A demarcação de todas as terras indígenas, que cobrem 20% da região, é também considerada urgente. Para o Greenpeace, isso porém não é suficiente: é preciso acabar com o desmatamento. Percentuais não são uma medida confiável para a proteção da floresta: as áreas protegidas devem ser estrategicamente criadas na linha de frente da destruição, onde podem atuar como uma 'barreira verde'. Políticas públicas de longo prazo precisam ser adotadas para permitir às comunidades tradicionais e outros moradores da região amazônica satisfazer de forma responsável suas necessidades de segurança alimentar, saúde e educação.

## CONTROLANDO A INDÚSTRIA

### – como o mercado pode ajudar no controle do desmatamento

*Ao contrário do que ocorre com seus competidores, para o Brasil não faltam terras. A agricultura ocupa 60 milhões de hectares, mas poderia se espalhar por outros 90 milhões de hectares, sem tocar na floresta Amazônica.*

**Silvio Crestana, diretor da Embrapa<sup>284</sup>**

As forças do mercado mundial são as principais responsáveis pelo desmatamento da Amazônia e de outras florestas. A soja é apenas uma das commodities responsáveis por essa devastação. Outras virão.

O agronegócio vê a floresta Amazônica como uma fonte de terra barata, freqüentemente adquirida de forma ilegal. A exploração de trabalhadores, incluindo o uso de trabalho escravo, reduz o custo empregatício quase a zero. Combinados com incentivos recebidos da Cargill e outras multinacionais, esses fatores provocaram um enorme crescimento da produção de soja, que se tornou um produto barato para o mundo.

O mercado precisa dividir a responsabilidade pelo avanço criminoso da agricultura sobre as ameaçadas florestas primárias do mundo e agir com urgência para acabar com a destruição.

No Brasil, é possível comprar soja sem se envolver com injustiças sociais e ambientais. Especialistas acreditam que o país conseguirá atender à demanda internacional por soja não transgênica sem expandir as plantações Amazônicas adentro.

Para que isso ocorra, o mercado precisa colocar em prática políticas que levem em consideração o impacto social e ambiental de toda a cadeia produtiva da soja. Isso significa que grandes processadores de alimentos, supermercados e varejistas de fast food na Europa precisam se assegurar de que a soja utilizada na ração animal não seja procedente do bioma Amazônia, não seja geneticamente modificada e que sua produção obedeça às leis trabalhistas brasileiras e aos direitos humanos.

A investigação do percurso da soja (e de outros produtos) é de importância vital. Sistemas independentes de verificação permitem a supermercados e varejistas de fast food ligar seus produtos apenas à produção responsável e evitar que sejam cúmplices em crimes sociais e ambientais. (ver Anexo 1).

## REPENSANDO A AGRICULTURA

### – levando o problema para casa e buscando uma solução

Quando sua prioridade é conseguir o menor preço mundial para a soja – ou outros insumos para rações animais –, você também compra a destruição do habitat, o conflito social e influi na mudança do clima. A obtenção de proteína mais barata para a indústria de ração tem gerado conflitos sociais e ambientais há mais de 40 anos.

Até o colapso da indústria pesqueira na década de 70, a anchova do Peru era uma das maiores fontes de proteína para ração animal do mercado europeu<sup>285</sup>. O mercado preferiu trocar a pesca intensiva pela utilização de restos de animais para fabricação de ração. A doença da vaca louca (causada pelo uso de proteína de animais doentes) levou o setor de rações a ser dependente da soja, o que causou a expansão do grão para habitats sensíveis, em escala global.

Os governos europeus, os bancos e a indústria alimentícia devem reexaminar suas políticas agrícolas e apoiar alternativas ambientais e sociais mais responsáveis, buscando meios para suprir suas necessidades sem prejudicar as florestas e o clima.

Soluções de longo prazo para os problemas sociais, econômicos e ambientais da indústria poderiam reverter a atual tendência de produção intensiva de gado e sua dependência do mercado global de commodities baratas.

A responsabilidade social – seja corporativa, política ou financeira – precisa ser significativa se queremos realmente atacar esses desafios. Governos, bancos e a indústria alimentícia precisam, entre outras medidas, apoiar estratégias de produção de carne que incluam o emprego de ração produzida perto do local onde é consumida ou na própria fazenda.

O Brasil e os países europeus precisam reexaminar suas políticas agrícolas e apoiar apenas alternativas ambientalmente responsáveis, sem prejudicar as florestas tropicais ou o equilíbrio climático e sem introduzir problemas adicionais causados por plantações transgênicas.



ERT. ORGANIC  
VONAL LOT 229  
WEIGHT 50 PDS  
PRODUCT - CANADA

# DEMANDAS

## PARAR A DESTRUIÇÃO DA AMAZÔNIA

### Produtores

- Moratória em novos desmatamentos no bioma Amazônia
- Respeito ao Código Florestal e às demais leis brasileiras

### Mercado

- Parar de comprar soja vinda de novos desmatamentos no bioma Amazônia
- Parar o comércio de produtos de carne vinda de animais alimentados com ração de soja proveniente de novos desmatamentos no bioma Amazônia

### Bancos

- Parar imediatamente de financiar companhias envolvidas com a produção e o comércio de soja vinda de novos desmatamentos

## LIMPAR O COMÉRCIO DE SOJA

### Mercado

- Exigir cadeia de custódia completa da soja brasileira para garantir que venha de fontes legais fora do bioma Amazônia enquanto durar a moratória e que não provoque novos desmatamentos
- Garantir que toda a soja usada seja não transgênica

## APOIAR AS SOLUÇÕES

### Mercado

- Desenvolver um sistema de abastecimento responsável de ração animal para acabar com a pressão sobre os remanescentes de florestas primárias do planeta

### Bancos

- Garantir que os financiamentos não contribuam para o desmatamento e a conversão de floresta para áreas agrícolas

### Governos de países europeus

- Desenvolver políticas para os setores agrícola e de alimentos para acabar com a pressão sobre os remanescentes de florestas primárias do planeta
- Apoiar, inclusive financeiramente, a criação de áreas protegidas na Amazônia e em outras áreas de florestas primárias

# ANEXO UM

## – GUIA PARA RASTREAR A SOJA

Investigar todo o percurso da soja é fundamental para as companhias que não queiram estar implicadas na destruição da Amazônia ou no uso de soja transgênica.

O estado em que a soja foi cultivada e o porto onde foi embarcada são os primeiros indicadores a serem checados pelos compradores de soja.

Este anexo mostra os estados brasileiros que estão total ou parcialmente dentro do bioma Amazônia ou fora dele. Também vincula os portos de exportação com os estados produtores de soja.

Isso indica se a soja de um estado ou porto é claramente um problema (implica destruição da Amazônia) ou potencialmente um problema (potencialmente transgênica ou do bioma).

O que se conclui é que estado de origem e porto de exportação não garantem a procedência (ou o status de transgenia) do produto. E também não assegura que outras ilegalidades – desmatamento não autorizado, grilagem, trabalho escravo – não estejam envolvidas.

É preciso verificação independente de toda a cadeia de custódia que possa remontar ao produtor.

**A soja é cultivada em 16 estados dos 26 estados do Brasil, sete dos quais estão parcial ou totalmente no bioma Amazônia<sup>287</sup>**

A) Esses quatro estados estão inteiramente no bioma Amazônia, onde a soja foi cultivada no período de 2001 a 2006. O Greenpeace defende uma moratória na produção da soja nesses estados. As empresas NÃO devem utilizar a soja originária desses estados.

RR – Roraima  
AM – Amazonas  
PA – Pará  
RO – Rondônia

B) Esses dois estados estão inteiramente no bioma Amazônia, mas, até o momento, NÃO tem plantações de soja. As empresas NÃO devem usar soja originária desses estados, caso ela seja plantada ali, no futuro.

AP – Amapá  
AC – Acre

C) Áreas desses três estados estão no bioma Amazônia. Os três plantaram soja de 2001 a 2005. O Greenpeace se opõe ao uso da soja cultivada nesses estados no bioma Amazônia. As empresas

ou NÃO devem utilizar soja originária destes estados ou devem ter indicações claras e detalhadas de que a soja foi cultivada FORA do bioma Amazônia.

MA – Maranhão (33,2% no bioma Amazônia)  
TO – Tocantins (9% no bioma Amazônia)  
MT – Mato Grosso (53,5% no bioma Amazônia)

O estado do Mato Grosso é onde a maior parte da soja da Amazônia está plantada. A maior parte da soja produzida no Mato Grosso não é transgênica e está fora do bioma; parte dela é produzida dentro do bioma e parte é geneticamente modificada.

D) Esses nove estados e o Distrito Federal estão fora do bioma Amazônia e cultivam soja. Não nos opomos ao uso dessa soja, desde que não seja transgênica e venha de fazendas que respeitem comprovadamente as leis brasileiras. Soja não transgênica pode ser encontrada em vários desses estados.

PI – Piauí  
BA – Bahia  
DF – Brasília  
GO – Goiás  
MG – Minas Gerais  
SP – São Paulo  
MS – Mato Grosso do Sul  
PR – Paraná  
SC – Santa Catarina  
RS – Rio Grande do Sul

O Greenpeace indica o estado do Paraná, que tem uma política de soja não transgênica controlada pelo governo estadual, como fonte para a compra de soja. A produção do estado do Rio Grande do Sul é mais de 90% contaminada com soja transgênica. Por isso, o Greenpeace aconselha as empresas a não comprar soja desse estado.

### PORTOS DE EXPORTAÇÃO

A tabela adiante fornece uma indicação dos portos pelos quais a soja de determinada região deve passar até chegar à Europa. O Greenpeace identificou os sete principais portos brasileiros pelos quais a soja amazônica é exportada para os mercados mundiais.

Dois outros portos exportam soja de estados quase totalmente fora ou totalmente fora do bioma Amazônia, embora a soja amazônica possa passar também por esses portos – pode ter sido processada como farelo em outros estados. A Cargill transporta grãos de soja de inúmeros silos dentro do bioma, em Mato Grosso, para processá-los em suas instalações de Minas Gerais antes da exportação<sup>288</sup>.



## EXPORTAÇÕES DA SOJA BRASILEIRA<sup>292</sup>

Portos e Companhias	Estados que cultivam soja no bioma Amazônia (total ou parcialmente)	Estados que cultivam soja e não fazem parte do bioma Amazônia
<b>Itacoatiara – leste de Manaus (AM)</b> ADM, Bunge, Grupo André Maggi	Mato Grosso (MT) Roraima (RR) Rondônia (RO) Amazonas (AM) Amapá (AP)	
<b>Santarém (PA)</b> Cargill	Mato Grosso (MT) Pará (PA) Rondônia (RO)	
<b>Ponta da Madeira – São Luis (MA)</b> ADM, Bunge, Cargill	Mato Grosso (MT) Pará (PA) Tocantins (TO) Maranhão (MA)	Goiás (GO) Piauí (PI)
<b>Tubarão – Vitória (ES)</b> ADM, Bunge	Mato Grosso (MT)	Bahia (BA) Brasília (DF) Goiás (GO) Mato Grosso do Sul (MS) Minas Gerais (MG) São Paulo (SP)
<b>Santos (SP)</b> ADM, Bunge, Cargill, Grupo André Maggi	Mato Grosso (MT)	Bahia (BA) Brasília (DF) Goiás (GO) Mato Grosso do Sul (MS) Minas Gerais (MG) Paraná (PR) São Paulo (SP)
<b>Paranaguá (PR)</b> ADM, Bunge, Cargill	Mato Grosso (MT)	Bahia (BA) Goiás (GO) Mato Grosso do Sul (MS) Minas Gerais (MG) Paraná (PR) Rio Grande do Sul (RS) Santa Catarina (SC) São Paulo (SP)
<b>São Francisco do Sul (SC)</b> Bunge, Cargill	Mato Grosso (MT)	Rio Grande do Sul (RS) Minas Gerais (MG) Paraná (PR) Santa Catarina (SC) São Paulo (SP)
<b>Rio Grande (RS)</b> Bunge	Mato Grosso (MT)	Rio Grande do Sul (RS) Santa Catarina (SC)
<b>Ihéus (BA)</b> Bunge, Cargill		Bahia (BA)

## ANEXO DOIS

# – UMA CURTA HISTÓRIA DA SOJA TRANSGÊNICA, BRASIL E MERCADO EUROPEU

A soja transgênica foi exportada pela primeira vez para a Europa, pelos Estados Unidos, em 1996. A tecnologia foi introduzida pela gigantesca empresa agroquímica Monsanto como uma resposta comercial ao término da patente do produto de maior venda da empresa, o herbicida Roundup, cuja base é o glifosato. As sementes da Monsanto foram geneticamente modificadas para resistir a grandes dosagens do Roundup. Através do mecanismo de ‘venda casada’, quem comprasse as sementes Monsanto, teria de comprar também o produto químico da Monsanto. A estratégia assegurou um mercado contínuo para o Roundup.

Entre 1996 e 1999, a soja transgênica da Monsanto foi disseminada rapidamente nos Estados Unidos e na Argentina. As razões dessa rápida disseminação foram, principalmente, a falsa promessa de mais rendimento da soja transgênica, a redução de preço do Roundup pela Monsanto e objetivo de aumentar o controle da Monsanto sobre o mercado global de sementes. As variedades de sementes geneticamente modificadas foram rapidamente disponibilizadas e poucas opções de sementes tradicionais foram dadas aos fazendeiros.

Por volta de 1999, companhias européias começaram a pedir em larga escala a seus fornecedores soja não transgênica, em resposta às demandas dos consumidores e processadores de alimentos europeus.

Como resultado de uma ação judicial encaminhada pelo Greenpeace e pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), exigindo do governo brasileiro a realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) antes da autorização do cultivo de soja transgênica, o Brasil passou a ser o principal fornecedor de soja não transgênica do mercado internacional.

Muitos compradores europeus simplesmente começaram a comprar soja brasileira por entenderem que estavam comprando soja não transgênica. E, é claro, atualmente a demanda do mercado para soja transgênica é zero, isto é, nenhum comprador hoje procura por soja geneticamente modificada.

A demanda pela soja não transgênica existe não apenas no mercado internacional, mas também dentro do próprio Brasil. Grandes exportadores de aves compram enormes quantidades de soja e muitos processadores de alimentos nacionais garantem produtos não transgênicos aos consumidores brasileiros.

Há inúmeras evidências de que, nos últimos anos, soja geneticamente modificada foi cultivada ilegalmente no Rio Grande do Sul, utilizando sementes do mercado negro contrabandeadas da Argentina.

O governo brasileiro não agiu de forma responsável. Em 2003, efetivou a legalização da plantação ilegal de soja transgênica sem realizar as devidas avaliações de impactos ambientais. Desse modo, o governo abriu as portas para o aumento da contaminação e para grandes prejuízos ao meio ambiente.

Atualmente, o governo fez um acordo com a Monsanto para a produção de soja transgênica adaptada à Amazônia e outras regiões do Brasil. A introdução da soja geneticamente modificada certamente servirá de combustível para a destruição da Amazônia, devido à concepção “matar tudo o que é verde” – ou seja, utilizar altas dosagens de herbicidas nessas plantações de soja.

A indústria alimentícia européia precisa desenvolver fontes responsáveis de ração para animais, de modo a eliminar pressões sobre as florestas primárias e ao clima do planeta.

# REFERÊNCIAS

- AgWeb (2005). 'The asphalt jungle,' 1 de novembro de 2005. [www.agweb.com/get\\_article.asp?pageid=114463&newscat=GN&src=gennews](http://www.agweb.com/get_article.asp?pageid=114463&newscat=GN&src=gennews)
- AgWeb (2004). 'More beans in Brazil,' 1 de fevereiro de 2004. [www.agweb.com/get\\_article.asp?pageid=104507&newscat+GN&src+gennews](http://www.agweb.com/get_article.asp?pageid=104507&newscat+GN&src+gennews)
- Altieri M and Pengue W (2006). 'GM soybean: Latin America's new colonizer,' em *Seedling*, janeiro de 2006. [www.grain.org/seedling/index.cfm?id=421](http://www.grain.org/seedling/index.cfm?id=421)
- Asner GP et al (2005). 'Selective logging in the Brazilian Amazon,' em *Science*, 21 de outubro de 2005, pp 480-482
- Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso (2006). *Al debate criação do Parque das Castanheiras*. [www.al.mt.gov.br/viewp.asp?no\\_codigo=9660](http://www.al.mt.gov.br/viewp.asp?no_codigo=9660) (último acesso 24 de março de 2006)
- Astor M (2003). 'Groups clash over soybean boom in Brazil,' Associated Press. [www.mongabay.com/external/soybeans2003.htm](http://www.mongabay.com/external/soybeans2003.htm)
- Barnett A (2004). 'They hailed it as a wonderfood. But soy not only destroys forests and small farmers – it can also be bad for your health' em *The Observer Food Monthly*, novembro de 2004 pp31–39
- Benbrook C (2004). 'Genetically engineered crops and pesticide use in the United States: the first nine years,' Technical Paper Number 7. [www.biotech-info.net/Full\\_version\\_first\\_nine.pdf](http://www.biotech-info.net/Full_version_first_nine.pdf)
- Benbrook C (2005). 'Rust, resistance, run down soils, and rising costs: problems facing soybean producers in Argentina,' Technical Paper Number 8, [www.greenpeace.org/international/press/reports/rust-resistencia-run-down-soi.pdf](http://www.greenpeace.org/international/press/reports/rust-resistencia-run-down-soi.pdf)
- Bickel U (2005). 'Human rights violations and environmental destruction through soybean production in Brazil'
- Bickel U and Dros JM (2003). 'The impacts of soybean cultivation on Brazilian ecosystems' relatório realizado pela WWF Forest Conversion Initiative, outubro de 2003. [www.wwf.ch/images/progneut/upload/Impacts\\_of\\_soybean.pdf](http://www.wwf.ch/images/progneut/upload/Impacts_of_soybean.pdf)
- Blackburn P (2005). 'Brazil GM soy growth disappoints seed breeders,' Reuters, 12 de dezembro de 2005
- Bromano (2006). 'Farm historic: huge farm – soy and cattle,' [www.bromano.com/pages/farm.htm](http://www.bromano.com/pages/farm.htm) and [www.bromano.com/pages/FarmHistoricPortuguese.htm](http://www.bromano.com/pages/FarmHistoricPortuguese.htm) (último acesso 12 de fevereiro de 2006)
- Cargill (2002). 'Chegamos em Santarém' Cargill Agrícola SA, São Paulo, Brasil
- del Carmen Diaz M and Schwartzman S (2005). 'Carbon offsets and land use in the Brazilian Amazon' em eds P Moutinho and S Schwartzman *Tropical Deforestation and Climate Change* pp 93–98
- Cattaneo A (2002). 'Balancing agricultural development and deforestation in the Brazilian Amazon' Relatório Número 129, International Food Policy Institute
- Chu H (2005). 'Deforestation, burning turn Amazon rain forest into major pollution source,' no *The Los Angeles Times*, 20 de junho de 2005
- CIFOR (2004). 'Livestock, development and deforestation Brazil's Amazon,' [www.cifor.org/docs/\\_ref/publications/newsonline/33/livestock.htm](http://www.cifor.org/docs/_ref/publications/newsonline/33/livestock.htm) (último acesso 17 de junho de 2004)
- Coodetec (2005). Brochura da companhia, Central Cooperative of Agricultural Research
- Coelho M (2003). University of Mato Grosso, citado em 'Transgênicos rondam Mato Grosso.' 24 de fevereiro de 2003. [www.estacaovida.org.br/one\\_news.asp?IDNews=85](http://www.estacaovida.org.br/one_news.asp?IDNews=85)
- Cohenca D (2005). 'A expansão da fronteira agrícola e sua relação com o desmatamento detectado em imagens Landsat TM e ETM+ na região norte da BR-163, Pará entre os anos de 1999 a 2004.' [www.ibama.gov.br/flona\\_tapajos/download.php?id\\_download=136](http://www.ibama.gov.br/flona_tapajos/download.php?id_download=136)
- COIAB (2006). História. Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira. [www.coiab.com.br/historia.php](http://www.coiab.com.br/historia.php)
- CPT (2004). 'Conflitos no Campo Brasil 2003', Comissão Pastoral da Terra. Abril de 2004 pp148-152. [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/caderno\\_conflitos\\_2004.zip](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/caderno_conflitos_2004.zip) (último acesso 24 de fevereiro de 2006)
- CPT (2005). 'Conflitos no Campo Brasil 2004', Comissão Pastoral da Terra. Abril de 2005 pp12-15. [www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/caderno\\_conflitos\\_2005.zip](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/caderno_conflitos_2005.zip) (último acesso 24 de fevereiro de 2006)
- CONAB (2004). 'Quinto Levantamento da Safra Agrícola 2003/2004.' Quadro 21. Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. [www.cnpas.br/download/numeros/conab\\_jun\\_04.pdf](http://www.cnpas.br/download/numeros/conab_jun_04.pdf)
- Compassion in World Farming Trust (2004). 'Reducing meat consumption: the case for urgent reform,' [www.ciwf.org.uk/publications/reports/Global\\_benefits\\_summary.pdf](http://www.ciwf.org.uk/publications/reports/Global_benefits_summary.pdf)
- CAO (2005). 'CAO audit of IFC's environmental and social categorization of the Amaggi expansion project', relatório final maio de 2005. Compliance Advisor/Ombudsman. [www.cao-ombudsman.org/pdfs/AmaggiFinal\\_Editedversion\\_05-26-05.pdf](http://www.cao-ombudsman.org/pdfs/AmaggiFinal_Editedversion_05-26-05.pdf)
- CONAB (2006). 'Soja Brasil– Série Histórica de Área Plantada, Safra 1976/77 a 2005/06'. Companhia Nacional de Abastecimento. [www.conab.gov.br/download/safra/boletim.pdf](http://www.conab.gov.br/download/safra/boletim.pdf)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). [www.coiab.com.br](http://www.coiab.com.br)
- Costa FG, Caixeta-Filho JV and Arima E (2001). 'Influência do transporte no uso da terra: o caso da logística de movimentação de grãos e insumos na Amazônia Legal' em eds JV Caixeta-Filho e AH Gameiro *Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais* pp. 21–39
- Diário do Pará (2006). 'Pará state leads in slave like work conditions', 17 de janeiro de 2006.
- De Heus (2004/5). *Leesvoer* magazines, De Heus Brokking Koudijs: fevereiro de 2004, junho de 2004, outubro de 2004, janeiro de 2005 e abril de 2005. [www.deheus.nl/index2.html](http://www.deheus.nl/index2.html) ->actueel->leesvoer (último acesso 23 de março de 2006)

- Dros JM (2004). 'Managing the soy boom: two scenarios of soy production expansion in South America', AIDEnvironment relatório realizado pela WWF Forest Conversion Initiative, Amsterdã, junho de 2004
- The Economist (2004). 'The Brazilian Amazon and the jungle', 24 de julho de 2004
- The Economist (2005). 'The harnessing of nature's bounty', 3 de novembro de 2005
- e.Logistics (2002) 'How Sun Valley streamlined for European growth' outubro de 2002. [www.im.se/news/news/eLogistics\\_Sun\\_Valley.pdf](http://www.im.se/news/news/eLogistics_Sun_Valley.pdf)
- Embrapa (1997). 'Embrapa e Monsanto desenvolvem soja tolerante a herbicida', 15 de abril de 1997 [www21.sede.embrapa.br/noticias/banco\\_de\\_noticias/1997/abril/bn.2004-11-25.8434017366/mostra\\_noticia](http://www21.sede.embrapa.br/noticias/banco_de_noticias/1997/abril/bn.2004-11-25.8434017366/mostra_noticia)
- Embrapa (2006). 'Produtores vão conhecer novas variedades de soja', 17 de fevereiro de 2006. [www21.sede.embrapa.br/noticias/banco\\_de\\_noticias/folder.2005-12-09.1049352883/foldernoticia.2006-02-15.3920532760/noticia.2006-02-17.3798657594/mostra\\_noticia](http://www21.sede.embrapa.br/noticias/banco_de_noticias/folder.2005-12-09.1049352883/foldernoticia.2006-02-15.3920532760/noticia.2006-02-17.3798657594/mostra_noticia)
- Eurostat (2006). Imports of soy into EU 25 countries, Eurostat online database. [epp.eurostat.cec.eu.int](http://epp.eurostat.cec.eu.int)
- Ewing R (2003). 'Soy farmers' dream road may hasten Amazon ruin' Reuters, 23 de setembro de 2003 [www.planetark.org/dailynewsstory.cfm/newsid/22323/story.htm](http://www.planetark.org/dailynewsstory.cfm/newsid/22323/story.htm)
- Fearnside P (2001). 'Soybean cultivation as a threat to the environment in Brazil,' em *Environmental Conservation*, 28: 23–38
- Fearnside P (2005). 'Deforestation in Brazilian Amazonia: history, rates, and consequences' em *Conservation Biology*, 19: 680–688
- Forbes (2004). Cargill profile. America's Largest Private Companies, Forbes. [www.forbes.com/finance/lists/21/2004/LIR.jhtml?passListd=21&passYear=2004&passListType=Company&uniqueId=5ZUZ&datatype=Company](http://www.forbes.com/finance/lists/21/2004/LIR.jhtml?passListd=21&passYear=2004&passListType=Company&uniqueId=5ZUZ&datatype=Company)
- Garcia EG (2002). 'Pesticide control experiences in Brazil' in *Pesticide Safety News* 1(2) de setembro de 2002, ICPS Bulletin/International Centre for Pesticides and Health Risk Prevention [www.icps.it/english/bollettino/psn97/970206.htm](http://www.icps.it/english/bollettino/psn97/970206.htm)
- Gentry AH (1988). 'Tree species richness of upper Amazonian forests', em *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 85: 156–159
- Glaser JL (2004), entrevista em *O Liberal*, 14 de janeiro de 2004
- Glaser JL (2002). 'The new route of soy from Pará,' diretor da Cargill de Santarém entrevistado pelo jornal *Gazeta Mercantil*, 15 de agosto de 2002
- Governo do Estado de Mato Grosso (2004). 'Zonamento sócio econômico ecológico do estado de Mato Grosso 2004.' [www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A\\_bc03c174afcd22ab4ec05d74b5b7e0ccMapa%20-Zonamento\\_1\\_3000000.pdf](http://www.seplan.mt.gov.br/arquivos/A_bc03c174afcd22ab4ec05d74b5b7e0ccMapa%20-Zonamento_1_3000000.pdf)
- Greenpeace (2005a). 'The André Maggi Group: soy chain of custody from the State of Mato Grosso to four European markets', relatório interno, 4 de agosto de 2005
- Greenpeace (2006). Documentário 'Em Nome do Progre\$\$o'
- Greenpeace (2004). 'GM and dairy cowfeed: steps to a GM-free future for the UK dairy industry'
- Greenpeace (2005b). 'Grilagem de terras na Amazônia: negócio bilionário,' em *Amazônia*, 8 de março de 2005
- Greenpeace (1997). 'Industrial "Hoover" fishing: a policy vacuum.' Arquivo do [Greenpeace.org/comms/cbio/hoovrpt.html](http://Greenpeace.org/comms/cbio/hoovrpt.html)
- Greenpeace (2005c). 'Soy supply chains from the Brazilian Amazon to retail products in four European markets', relatório interno, 4 de agosto de 2005
- Greenpeace (2003). 'State of conflict: an investigation into the landgrabbers, loggers and lawless frontiers in Pará State, Amazon.' Greenpeace Internacional, Amsterdã
- Grupo Maggi (2004). Projeto de Expansão, Programa de Consulta e Divulgação Pública (PCDP). Junho de 2004.
- Grupo Maggi (2005a). Grupo André Maggi assina o Pacto Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, 22 de dezembro de 2005. [www.grupomaggi.com.br/us/news.asp?idnews=188](http://www.grupomaggi.com.br/us/news.asp?idnews=188)
- Grupo Maggi (2005b). 'Numbers of the Agro division' [www.grupomaggi.com.br/br/agro/numeros.htm](http://www.grupomaggi.com.br/br/agro/numeros.htm)
- Grupo Maggi (2005c). 'New storage silos guarantee soybean storage quality' 30 de março de 2005. [www.grupomaggi.com.br/us/news.asp?idnews=104](http://www.grupomaggi.com.br/us/news.asp?idnews=104)
- Hall KG (2004). 'Slavery exists out of sight in Brazil', Knight Ridder, 5 de setembro de 2004
- Hattenstone (2006). 'The peaceful warriors', no *The Guardian Weekend*, 11 de fevereiro de 2006, p19
- Heap I (2004). 'International survey of herbicide resistant weeds', [www.weedscience.org/in.asp](http://www.weedscience.org/in.asp)
- Hendrix Meat Group (2006). Feed – Compulsory Information. [www.hendrixmeatgroup.com/consumer/template.php?sectionId=15](http://www.hendrixmeatgroup.com/consumer/template.php?sectionId=15) (último acesso 20 de março de 2006) e conversas do Greenpeace com Derk Oorbjurgs, Veterinarian/Quality Control at Vion, Netherlands (20 de março de 2006)
- HSBC (2004). 'Forest land and forest products sector guideline', maio de 2004. [www.img.ghq.hsbc.com/public/groupsite/assets/newsroom/forest\\_land\\_and\\_forest\\_products\\_summary\\_3.0\\_final.pdf](http://www.img.ghq.hsbc.com/public/groupsite/assets/newsroom/forest_land_and_forest_products_summary_3.0_final.pdf)
- IBGE (2004). 'Levantamento sistemático da produção agrícola.'
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, maio de 2004. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE (2005). 'Mapa de Biomas.' Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, Novembro de 2005. [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)
- IBGE (2006). 'Levantamento sistemático da produção agrícola,' Tabela 1618 'Produção, área plantada e área colhida por período e produto', janeiro de 2006. [www.sidra.ibge.gov.br](http://www.sidra.ibge.gov.br) (último acesso 24 de fevereiro de 2006)
- INPE (2004). 'Estimativas anuais das taxas de desflorestamento da Amazônia Legal', Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 4 de abril de 2004. [www.obt.inpe.br/prodes/prodes\\_1988\\_2003.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2003.htm) (último acesso 14 de maio de 2004)
- Instituto Socioambiental (2003). 'O Xingu na mira da soja.' [www.socioambiental.org/website/especiais/soja/l.shtm](http://www.socioambiental.org/website/especiais/soja/l.shtm) (último acesso 22 de janeiro de 2004)
- Instituto Socioambiental (2004). 'Desmatamento na Amazônia fica no patamar de 23 mil km2 em 2003', 7 de abril de 2004. [www.socioambiental.org/nsadetalhe?id=1706](http://www.socioambiental.org/nsadetalhe?id=1706) (último acesso 14 de maio de 2004)
- Iowa Farm Bureau Federation

- (2003). Apresentação 'Should Brazil give you heartburn?' Setembro de 2003. [www.ifbf.org/programs/commodity/pdf/200309-brazil/sld001.htm](http://www.ifbf.org/programs/commodity/pdf/200309-brazil/sld001.htm) (último acesso de 6 fevereiro de 2006)
- Jica (2003). Relatório mensal de meio ambiente, dezembro de 2003
- Kaimowitz D et al (2004). 'Hamburger connection fuels Amazon destruction: cattle ranching and deforestation in Brazil's Amazon.' Center for International Forestry Research (CIFOR). [www.cifor.cgiar.org/publications/pdf\\_files/media/Amazon.pdf](http://www.cifor.cgiar.org/publications/pdf_files/media/Amazon.pdf)
- Ketting A (2005). 'Load out or out of Load? A study into the performance of the soybean meal load-out facility of Cargill', Amsterdã, University of Groningen
- Kirby A (2004). 'Soya boom threat to South America.' BBC Londres, 3 de setembro de 2004. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/science/nature/3622108.stm>
- Kneen B (2002). 'Invisible giant: Cargill and its transnational Strategies', second edition.
- Kruse D (2005). 'Brazilian farm crisis', 3 de Novembro de 2005. [www.thecomstockreport/Newspaper/2005-1103colm.htm](http://www.thecomstockreport/Newspaper/2005-1103colm.htm)
- Lameira W and Alencar A (2002). 'Multitemporal analysis of soybean expansion in Santarém region', IPAM, Belém, Brasil
- Laurance W et al (2004). 'Deforestation in Amazonia', carta ao editor em Science 304: 1109, 21 de maio de 2004 e posterior correspondência em Science 307: 1043-1047, 18 de fevereiro de 2005
- Laurance W (2005). 'Razing Amazonia', em New Scientist, 15 de outubro de 2005, pp 35-39
- Laurus (2004). Laurus NV Prospectus, 9 de novembro de 2004. [www.laurus.nl/privatedata/DocUpload/3758/DOC/73/Doc.pdf](http://www.laurus.nl/privatedata/DocUpload/3758/DOC/73/Doc.pdf)
- Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal (2004). Ata da 09ª Sessão Ordinária, do 1º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, 11 de abril de 2004. [www.camarafeliznatal-mt.com.br/atas/ATAN009.doc](http://www.camarafeliznatal-mt.com.br/atas/ATAN009.doc)
- Lilley S (2004). 'Paving the Amazon with soy: World Bank bows to audit of Maggi loan', 16 de dezembro de 2004. [www.corpwatch.org/article.php?id=11756](http://www.corpwatch.org/article.php?id=11756)
- Maggi (2006). Afirmação de André Maggi. História do Grupo André Maggi [www.grupomaggi.com.br/us/grupo/index.asp](http://www.grupomaggi.com.br/us/grupo/index.asp)
- Margulis S (2003). 'Causes of deforestation of the Brazilian Amazon', World Bank working paper number 22. [www-wds.worldbank.org/servlet/WDS\\_IBank\\_Servlet?pcont=details&eid=000090341\\_20040202130625](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDS_IBank_Servlet?pcont=details&eid=000090341_20040202130625)
- McCarthy M (2003). 'The great rainforest tragedy', em The Independent, 28 de julho de 2003
- Meyer L (2005). 'The changing soya world', PowerPoint presentation by CEO of LaSoy GmbH, Germany
- Ministério Público Federal (2004). Procuradoria da República Em Mato Grosso -PROCESSO 200436000022948. [www.pgr.mpf.gov.br/pgr/pfdc/grupos\\_encerrados/trab\\_escravo/coordenadoria/Denuncias/Mato%20Grosso/Fazenda%20Vo%20Gercy%202002.pdf](http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/pfdc/grupos_encerrados/trab_escravo/coordenadoria/Denuncias/Mato%20Grosso/Fazenda%20Vo%20Gercy%202002.pdf)
- Ministério da Justiça do Brasil (1996). Legal Framework of the Demarcation Process of Indigenous Lands in Brazil [www.brasilemb.org/social\\_issues/demarcation\\_indigenous\\_land.shtml](http://www.brasilemb.org/social_issues/demarcation_indigenous_land.shtml)
- MMA (2005). 'Plano de controle e prevenção ao desmatamento,' Ministério de Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. [www.mma.gov.br/doc/desmatamento2003\\_2004.pdf](http://www.mma.gov.br/doc/desmatamento2003_2004.pdf)
- MCT (2004). 'Primeiro inventário brasileiro de emissões antrópicas de gases de efeito estufa.' Ministério da Ciência e Tecnologia [www.mct.gov.br/Clima/comunic\\_old/invent1.htm](http://www.mct.gov.br/Clima/comunic_old/invent1.htm) (último acesso 24 fevereiro de 2006)
- Morais RC (2005). 'The great Brazilian land grab', em Forbes, 25 de julho de 2005. [www.forbes.com/business/global/2005/0725/052.html](http://www.forbes.com/business/global/2005/0725/052.html)
- Moutinho P and Schwartzman S (2005). 'Tropical deforestation and climate change', Amazon Institute for Environmental Research
- MTE (2001). Relatório de Fiscalização – Fazenda Vale do Rio Verde. Ministério do Trabalho e Emprego, setembro de 2001
- MTE (2002a). Relatório de Fiscalização – Fazenda Vó Gercy. Ministério do Trabalho e Emprego, junho de 2002
- MTE (2002b). Relatório de Fiscalização – Fazenda Tupy Barão. Ministério do Trabalho e Emprego, junho de 2002
- MTE (2004). Relatório de Fiscalização – Fazenda Roncador. Ministério do Trabalho e Emprego, agosto de 2004
- MTE (2006). Lista suja, Ministério do Trabalho e Emprego. [www.mte.gov.br/Noticias/download/lista.pdf](http://www.mte.gov.br/Noticias/download/lista.pdf)
- Nepstad D and Capobianco JJP (2002). 'Roads in the rainforest: environmental costs for the Amazon', Instituto de Pesquisa da Amazônia e Instituto Socioambiental, Belém
- Nierenberg D (2006). 'Rethinking the global meat industry', em Worldwatch Institute State of the world 2006 pp24–40
- Peres C (2005). 'Why we need mega reserves in Amazonia', em Conservation Biology 19(3): 728–733
- Phillips T (2006). 'Raids across Brazil free 4,000 slaves', no The Guardian, 16 de janeiro de 2006. [www.guardian.co.uk/brazil/story/0,12462,1687150,00.html](http://www.guardian.co.uk/brazil/story/0,12462,1687150,00.html)
- Procuradoria da República no Pará (2006). 'Decisão do TRF assegura vitória do MPF no caso do porto da Cargill. Assessoria de Comunicação, Procuradoria da República no Pará,' 20 de fevereiro de 2006. [www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=6455](http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=6455)
- Prodes (2004). 'Monitoramento do desmatamento em formações florestais na Amazônia Legal.' [www.obt.inpe.br/prodes](http://www.obt.inpe.br/prodes)
- Proforest (2004/5). 'The BASEL criteria for responsible soy production: local interpretation for use in Brazil', prepared for Coop Switzerland in cooperation with WWF Switzerland, versão 16 de fevereiro de 2005
- Radiobrás (2004). 'Mato Grosso plantations have advanced technology and slave-like work conditions', 21 de junho de 2004. [www.amazonia.org.br/english/noticias/noticia.cfm?id=113317](http://www.amazonia.org.br/english/noticias/noticia.cfm?id=113317)
- Relyea RA (2005a). 'The lethal impact of Roundup on aquatic and terrestrial amphibians', em Ecological Applications 15: 1118–1124
- Relyea RA (2005b). 'The lethal impacts of Roundup and predatory stress on six species of North American tadpoles', em Archives of Environmental Contamination and Toxicology 48: 351–357
- Repórter Brasil (2003). 'Nova

- escravidão traz mais vantagem econômica para os patrões que a da época colonial', dezembro de 2003. [www.reporterbrasil.org.br/materia\\_escravo.php?nick=novaescravidaio](http://www.reporterbrasil.org.br/materia_escravo.php?nick=novaescravidaio)
- Richard S et al (2005). 'Differential effects of glyphosate and Roundup on human placental cells and aromatase', em *Environmental Health Perspectives* 113: 716–720
- Rohter L (2003). 'Relentless foe of the Amazon jungle: soybeans', em *The New York Times*, 17 de setembro de 2003. [www.nytimes.com/2003/09/17/international/americas/17BRAZ.html?ex=1379131200&en=d3b8dc0bcec988e8&ei=5007&partner=USERLAND](http://www.nytimes.com/2003/09/17/international/americas/17BRAZ.html?ex=1379131200&en=d3b8dc0bcec988e8&ei=5007&partner=USERLAND)
- Romero S (2004). 'Brazil's spreading exports worry Minnesota farmers', em *The New York Times*, 22 de junho de 2004
- Rylands, AB et al (2002). 'Amazonia', em eds RA Mittermeier, CG Mittermeier, PR Gil, J Pilgrim, GAB da Fonseca, T Brooks and WR Konstant Wilderness: earth's last wild places pp56-107
- Schutter Group (2006). Line up Brazil. [www.schuttergroup.com](http://www.schuttergroup.com) > Information > Line-up Brazil (último acesso 20 de março de 2006)
- SECEX/MDIC/Aliceweb (2006). Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Aliceweb (2006) [alicesweb.desenvolvimento.gov.br](http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br)
- Shean MJ (2004). 'The Amazon: Brazil's final soybean frontier', US Foreign Agricultural Service/Production Estimates and Crop Assessment Division. [www.fas.usda.gov/pecad/highlights/2004/01/Amazon/Amazon\\_soybeans.htm](http://www.fas.usda.gov/pecad/highlights/2004/01/Amazon/Amazon_soybeans.htm) (último acesso 20 de abril de 2004)
- Smith J and Scherr SJ (2002). 'Forest carbon and local livelihoods: assessment of opportunities and policy recommendations', CIFOR occasional paper number 37
- Soares-Filho, BS et al (2006). 'Modelling conservation in the Amazon basin'. 440 *Nature* 440:520-523. 23 de março de 2006
- Sovion (2006). Vion Profile. [www.sovion.com/en/files/vion\\_profile.htm](http://www.sovion.com/en/files/vion_profile.htm) (último acesso 20 de março de 2006)
- Steward C (2004). 'The Santarém agricultural landscape, Pará, Brazil: a working paper on agro-industrial and smallholder agriculture in Santarém' Tropical Resources Institute Working Paper #110. 17 de junho de 2004
- Stickler CM et al (2004). 'An evaluation of International Finance Corporation financing of Grupo André Maggi (Project No 113444) in the soybean sector: environmental and social impact considerations', 14 de maio de 2004
- Sun Valley (2005). Webpages: [www.sunvalleyeurope.com/food\\_service.asp](http://www.sunvalleyeurope.com/food_service.asp); [www.sunvalleyeurope.com/history.asp](http://www.sunvalleyeurope.com/history.asp); [www.sunvalleyeurope.com/423.asp](http://www.sunvalleyeurope.com/423.asp) (último acesso 1 de maio de 2005)
- Teixeira G (2005). 'Índice de desmatamento na Amazônia cai 31%'. 5 de dezembro de 2005 [www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2147](http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=2147)
- UNB (2006). Sustentabilidade: Prejuízos da devastação. Universidade de Brasília [www.unb.br/acs/bcopauta/sustentabilidade3.htm](http://www.unb.br/acs/bcopauta/sustentabilidade3.htm) (last accessed 24 de março de 2006).
- UN Global Compact and OHCHR (2005) joint publication. 'Understanding sphere of influence and complicity', [www.unglobalcompact.org/Issues/human\\_rights/gc\\_and\\_human\\_rights.pdf](http://www.unglobalcompact.org/Issues/human_rights/gc_and_human_rights.pdf)
- United Kingdom Foreign and Commonwealth Office Global Opportunities Fund (2004). 'Amazonian deforestation: tackling a root cause and contributing to Brazil's economic prosperity through soya certification, proposta de projeto
- USDA/ERS (2005). 'USDA agricultural baseline projections to 2014', [www.ers.usda.gov/Briefing/soybeansoilcrops/2005baseline.htm](http://www.ers.usda.gov/Briefing/soybeansoilcrops/2005baseline.htm) (último acesso 7 de março de 2006)
- USDA/FAS (2003). 'Brazil: Future Agricultural Expansion Underrated', 21 de janeiro de 2003. [www.fas.usda.gov/pecad2highlights/2003/01/Ag\\_expansion/](http://www.fas.usda.gov/pecad2highlights/2003/01/Ag_expansion/)
- USDA/FAS (2004a). 'Brazil livestock and products semiannual 2004', GAIN report BR4605. 11 de fevereiro de 2004
- USDA/FAS (2004b). 'Brazil oilseeds and products annual 2004', GAIN report BR4611. 13 de maio de 2004. [www.fas.usda.gov/gainfiles/200405/146106387.pdf](http://www.fas.usda.gov/gainfiles/200405/146106387.pdf)
- USDA/FAS (2004c). 'The Amazon: Brazil's final soybean frontier', 13 de janeiro de 2004. [www.fas.usda.gov/pecad2highlights/2004/01/Amazon/Amazon\\_soybeans.htm](http://www.fas.usda.gov/pecad2highlights/2004/01/Amazon/Amazon_soybeans.htm)
- USDA/FAS (2005a). [www.fas.usda.gov/oilseeds/circular/2005/05-03/table4.pdf](http://www.fas.usda.gov/oilseeds/circular/2005/05-03/table4.pdf)
- USDA/FAS (2005b). [www.fas.usda.gov/oilseeds/circular/2005/05-03/table5t7.pdf](http://www.fas.usda.gov/oilseeds/circular/2005/05-03/table5t7.pdf)
- van Gelder JW (2004). 'Bank loans and credits to Grupo André Maggi', pesquisa preparada pela Fundação CEBRAC,
- van Gelder JW (2005). 'European soybean markets and companies', apresentação europeu de ONG's, em Bruxelas, 19–20 de setembro de 2005
- van Gelder JW et al (2006). 'From rainforest to chicken breast. Effects of soybean cultivation for animal feed on people and nature in the Amazon region – a chain of custody study'. Profundo AIDEnvironment. Janeiro de 2006. [www.milieudefensie.nl/landbouw/publicaties/index.htm](http://www.milieudefensie.nl/landbouw/publicaties/index.htm)
- Villas-Boas A et al (2005). 'Partnerships for sustainability in indigenous lands and regional change: the Xingu Indigenous Park and the Instituto Socioambiental', 25 de julho de 2005. [news.mongabay.com/2005/0725-cbc\\_indigenous.html](http://news.mongabay.com/2005/0725-cbc_indigenous.html)
- Wallop H (2006). 'Golden arches lose lustre in the UK', no *Telegraph Business*, 2 de fevereiro de 2006
- Watts J (2005). 'A hunger eating up the world', no *The Guardian*. 10 de novembro de 2005. [www.guardian.co.uk/china/story/0,,1638858,00.html](http://www.guardian.co.uk/china/story/0,,1638858,00.html)
- World Rainforest Movement (2004). 'Role of agriculture and cattle raising in deforestation', WRM Bulletin. 5 de agosto de 2004
- Worldwatch Institute (2006). State of the world 2006
- Worldwatch Institute (2005). 'Vital Signs 2005–2006: the trends that are shaping our future'
- WRI (2005). 'The wealth of the poor – managing ecosystems to fight poverty', Table 10. World Resources Institute
- Ziggers D (2005). 'McDonald's Europe: "we want all our raw materials to come from audited farms!"', em *AgriWorldVision* 5(2): 14–15

# ENDNOTES

- <sup>1</sup>Rylands et al (2002) e WRI (2005)
- <sup>2</sup>Gentry (1988)
- <sup>3</sup>COIAB (2006)
- <sup>4</sup>Estimativa do Greenpeace baseada em dados do Programa de Avaliação do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes – 2004): de janeiro a julho de 2003, 14.003 km<sup>2</sup> foram desmatados (57% dos 24.567km<sup>2</sup>, índice anual de agosto de 2002 a julho de 2003); de agosto de 2003 a julho de 2004, o desmatamento atingiu 27.000 km<sup>2</sup>; de agosto de 2004 a julho de 2005, foram 18.900 km<sup>2</sup>; e de agosto de 2005 a dezembro de 2005, 8.127 km<sup>2</sup> perderam a cobertura vegetal (estimativa baseada em 43% de 18.900 km<sup>2</sup>, assumindo que a taxa não cairia em relação ao ano anterior). Dados históricos mostram que 57% do desmatamento ocorrem no primeiro semestre do ano (de janeiro a julho), e 43% no segundo semestre (de agosto a dezembro)
- <sup>5</sup>Análise do Greenpeace, a partir de dados do IBAMA, FEMA e IMAC, mostra que 74% das áreas desmatadas entre agosto de 2003 e agosto de 2004 não tiveram autorização do governo
- <sup>6</sup>Teixeira (2005): a área de um campo de futebol considerada é de 0,007 km<sup>2</sup>, a média entre os tamanhos máximo e mínimo recomendada pela FIFA para jogos internacionais
- <sup>7</sup>Área da soja nos municípios do bioma Amazônia. Estimativa do Greenpeace baseada na interpretação do IBGE, de 2004, dos dados da produção de soja na safra 2004-2005, e na análise de imagens de satélite do Prodes (INPE), 2004
- <sup>8</sup>CPT (2004) e CPT (2005) [www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1266&eid=6](http://www.cptnac.com.br/?system=news&action=read&id=1266&eid=6)
- <sup>9</sup>59% das emissões de gases do efeito estufa provêm do desmatamento da Amazônia. Fonte: MCT (2004)
- <sup>10</sup>Cerca de 80% da capacidade de processamento da soja é controlada por estas três empresas. Fonte: Dros (2004), p.8
- <sup>11</sup>Número de silos no bioma Amazônia. Fonte: sobrevôos e investigações de campo do Greenpeace e protocolo ICMS 18/05: “Dispõe sobre a remessa de soja em grão, do estado de Mato Grosso para industrialização por encomenda no estado de Minas Gerais, com suspensão do imposto”, 11 de julho de 2005 [www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20CONFAZ/Protocolo%20ICMS/Ano%202005/Arquivo/PT\\_ICMS\\_018\\_05.htm](http://www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20CONFAZ/Protocolo%20ICMS/Ano%202005/Arquivo/PT_ICMS_018_05.htm)
- <sup>12</sup>Worldwatch Institute (2006)
- <sup>13</sup>MMA (2005), dados para o período 1996/1997 e 2004/2005
- <sup>14</sup>Importações de grãos e farelo de soja por 25 países da Comunidade Européia, durante o período de dezembro de 2004 e novembro de 2005: de todo o mundo, 45,16 milhões de toneladas; do Brasil, 17,7 milhões de toneladas (40%). Fonte: Eurostat (2006)
- <sup>15</sup>Estimativa do Greenpeace baseada em dados do Prodes (2004): de janeiro a julho de 2003, 14.003 km<sup>2</sup> foram desmatados (baseado em 57% de 24.567km<sup>2</sup>, índice anual de agosto de 2002 a julho de 2003); de agosto de 2003 a julho de 2004, o desmatamento atingiu 27.000 km<sup>2</sup>; de agosto de 2004 a julho de 2005, foram desmatados 18.900 km<sup>2</sup>; e de agosto de 2005 a dezembro de 2005, 8.127km<sup>2</sup> perderam a cobertura vegetal (baseado em 43% de 18.900 km<sup>2</sup>, assumindo que a taxa não cairia em relação ao ano anterior). Dados históricos mostram que 57% do desmatamento ocorrem no primeiro semestre do ano, ou seja, de janeiro a julho, e 43% no segundo semestre, de agosto a dezembro
- <sup>16</sup>Asner GP et al (2005)
- <sup>17</sup>Área da soja nos municípios do bioma Amazônia. Estimativa do Greenpeace baseada na interpretação do IBGE, de 2004, dos dados da produção de soja da safra de 2004-2005, e também na análise de imagens de satélite do Prodes, 2004
- <sup>18</sup>Bioma Amazônia mapeado pelo IBGE (2005)
- <sup>19</sup>Estimativa do Greenpeace, baseado na interpretação do IBGE (2004), para os dados da produção de soja na safra 2004-2005, e na análise de imagens de satélite do Prodes, 2004. O restante foi produzido em Rondônia (5,5%), Pará (3,3%), Roraima (0,88%), Amazonas (0,18%), Tocantins (0,03%) e Maranhão (0,01%)
- <sup>20</sup>MMA (2005), dados para o período entre 1996-1997 e 2004-2005
- <sup>21</sup>Watts (2005)
- <sup>22</sup>USDA/ERS (2005)
- <sup>23</sup>USDA/ERS (2005)
- <sup>24</sup>IBGE (2006)
- <sup>25</sup>Morais (2005)
- <sup>26</sup>Morais (2005)
- <sup>27</sup>Área do Reino Unido: 241.590 km<sup>2</sup> ([www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/uk.html](http://www.cia.gov/cia/publications/factbook/geos/uk.html)); área da Grã-Bretanha: 229.334km<sup>2</sup> ([www.citypopulation.de/UK-UA.html](http://www.citypopulation.de/UK-UA.html))
- <sup>28</sup>O cerrado corresponde à região de savana da América do Sul, rica em biodiversidade. Depois da Amazônia, é o segundo maior bioma no Brasil, cobrindo 2 milhões de km<sup>2</sup>, cerca de 21% do país. Fonte: IBGE [www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas/mapas\\_doc1.shtm?c=9](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/recursosnaturais/mapas/mapas_doc1.shtm?c=9)
- <sup>29</sup>A Amazônia Legal é a definição para a região administrativa que cobre os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (que antes correspondia à parte norte do estado de Goiás) e a maior parte do Maranhão. Do total de sua área, 24% são de terras privadas, 42% de terras públicas (não incluindo 8% de áreas protegidas), 20% de terras indígenas e 6% de áreas de assentamento
- <sup>30</sup>MMA: Plano Nacional de Florestas, [www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=5&idConteudo=3323](http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=5&idConteudo=3323), último acesso em 25/02/2006
- <sup>31</sup>Steward (2004)
- <sup>32</sup>Bickel & Dros (2003), citando Costa, Caixeta Filho e Arima (2000)
- <sup>33</sup>[www.brazil.studyintl.com/team/kory/koryblog/01\\_firsttours.htm](http://www.brazil.studyintl.com/team/kory/koryblog/01_firsttours.htm)
- <sup>34</sup>487.992km<sup>2</sup> (53.5%) de Mato Grosso está no bioma Amazônia, dos quais 152.540 km<sup>2</sup> (31.2%) já foram destruídos. Fonte: IBGE (2005) e análise de imagens de satélite do Prodes, 2004
- <sup>35</sup>Bickel (2005), p. 8
- <sup>36</sup>IBGE (2004)Stickler et al (2004), p. 12, citando Schepf et al (2001)
- <sup>37</sup>CONAB (2006)
- <sup>38</sup>Análise do Greenpeace das imagens de satélite Prodes (2004) e do IBGE (2005)
- <sup>39</sup>MMA (2005), p.6
- <sup>40</sup>48,1%. Fonte: MMA (2005), p. 7
- <sup>41</sup>Rodrigo Justos, então diretor da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEMA, hoje denominada Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA
- <sup>42</sup>Stickler et al (2004, p. 17), citando Teixeira, Instituto Socioambiental (2003)
- <sup>43</sup>Iowa Farm Bureau Federation (2003), p. 34
- <sup>44</sup>USDA/FAS (2003)
- <sup>45</sup>Bickel & Dros (2003)
- <sup>46</sup>USDA/FAS (2004c)
- <sup>47</sup>Kruse (2005)
- <sup>48</sup>Arnaldo Carneiro, Coordenador de Geodados do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA; citado in Greenpeace (2006)
- <sup>49</sup>Dros (2004) p. 8
- <sup>50</sup>Visão divulgada pela Cargill-Sun Valley da Europa. [www.cargill.com/about/organization/sun\\_valley\\_europe.htm](http://www.cargill.com/about/organization/sun_valley_europe.htm)
- <sup>51</sup>[www.socioambiental.org/nsadetalhe?id=1706](http://www.socioambiental.org/nsadetalhe?id=1706)
- <sup>52</sup>Grupo Maggi (2005b), Bickel (2005) p12, citando Carvalho (1999) e Thompson (2003)
- <sup>53</sup>[www.grupomaggi.com.br/br/grupo/index.aspMaggi](http://www.grupomaggi.com.br/br/grupo/index.aspMaggi) (2006)
- <sup>54</sup>Grupo Maggi (2004) e investigações do Greenpeace
- <sup>55</sup>Rohter (2003)
- <sup>56</sup>8.177 km<sup>2</sup> em 2001-2002, e 10.458 km<sup>2</sup> em 2003-2004. Fonte: MMA (2005), p.6
- <sup>57</sup>Rohter (2003)
- <sup>58</sup>Bickel & Dros (2003, p.19), citando comunicações pessoais
- <sup>59</sup>Sticker et al (2004, p.2)
- <sup>60</sup>Um resumo desses empréstimos para o período de 1999-2004: 1999, Société Générale, França, US\$ 15milhões; 2001, DEG, Alemanha, US\$ 24 milhões; Standard Chartered Bank, Reino Unido, US\$ 70 milhões; 2002, Rabobank, Holanda, US\$ 100 milhões; 2002, Standard Chartered Bank, Reino Unido, US\$ 50 milhões; 2002, IFC, International, US\$ 30milhões; 2003, West LB, Alemanha, US\$ 80 milhões; 2004, Rabobank, Holanda, US\$ 230milhões; 2004, BNDES, Brasil, US\$ 34 milhões; 2004, IFC, International, US\$ 30 milhões. Total: US\$ 663 milhões. Source: van Gelder (2004)
- <sup>61</sup>Bickel & Dros (2003)
- <sup>62</sup>Declaração sobre a missão do IFC, [www.ifc.org/ifcext/about.nsf/Content/Mission](http://www.ifc.org/ifcext/about.nsf/Content/Mission)
- <sup>63</sup>Stickler et al (2004), p.15
- <sup>64</sup>CAO (2005), p.8
- <sup>65</sup>Lilley (2004)
- <sup>66</sup>Bickel (2005), p.5
- <sup>67</sup>Stickler et al (2004), p.17, citando IFC (2002)
- <sup>68</sup>Stickler et al (2004, p.17)
- <sup>69</sup>Por exemplo, a declaração de critérios do Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft (DEG) afirma: “Nenhuma floresta tropical [...] será usada para silos ou para a expansão de fazendas. Os grupos indígenas não serão expropriados. A soja será cultivada de modo responsável e não sob a forma de monocultura. O Grupo André Maggi deverá seguir o guia ambiental do Banco Mundial”. Contudo, nenhum mecanismo foi posto em prática para monitorar, de modo independente, se esses critérios estavam sendo respeitados. Fonte: van Gelder (2004)
- <sup>70</sup>Bickel (2005), p.5, citando CAO (2005)
- <sup>71</sup>van Gelder (2004)
- <sup>72</sup>HSBC (2004)
- <sup>73</sup>Chu (2005)
- <sup>74</sup>Moutinho & Schwartzman (2005)
- <sup>75</sup>Climate Analysis Indicators Tool (CAIT) do World Resources Institute – [cait.wri.org](http://cait.wri.org)
- <sup>76</sup>MCT (2004). As emissões por desmatamento incluem a Floresta

- Amazônica, o Cerrado, a Mata Atlântica e a Caatinga. Esta informação é baseada em dados da década passada (1990-1994), quando as taxas de perda de cobertura vegetal eram muito mais baixas do que nos últimos anos. Isso significa que agora são esperadas emissões mais altas pelo desmatamento na Amazônia. Nb: del Carmen Diaz e Schwartzman (2005), citando afirmação em Mendonça et al (2004) de que as queimadas estão excluídas
- <sup>78</sup>Altieri and Pengue (2006)
- <sup>79</sup>Altieri and Pengue (2006)
- <sup>80</sup>Altieri and Pengue (2006)
- <sup>81</sup>Altieri and Pengue (2006)
- <sup>82</sup>Altieri and Pengue (2006)
- <sup>83</sup>Stickler et al (2004), citando Garcia (2002) e IFC (2002)
- <sup>84</sup>Stickler et al (2004), citando Garcia (2002)
- <sup>85</sup>Garcia (2002)
- <sup>86</sup>Altieri & Pengue (2006)
- <sup>87</sup>www.pan-uk.org/pestnews/actives/paraquat.htm
- <sup>88</sup>Relyea (2005a), Relyea (2005b) e Richard et al (2005)
- <sup>89</sup>Benbrook (2004) e Benbrook (2005)
- <sup>90</sup>Altieri & Pengue (2006)
- <sup>91</sup>Stickler et al (2004), citando Gunderson et al (1995) & Pringle (2001)
- <sup>92</sup>Astor (2003)
- <sup>93</sup>Hattenstone (2006)
- <sup>94</sup>Stickler et al (2004), citando o Instituto Socioambiental (2004)
- <sup>95</sup>O Parque Indígena do Xingu é habitado por 14 grupos étnicos que falam diferentes idiomas e estão distribuídos em 49 vilas e postos indígenas do governo, com um total populacional de cerca de 4.700 pessoas. www.socioambiental.org/e/prg/xng.shtm
- <sup>96</sup>Villas-Boas et al (2005)
- <sup>97</sup>1.259.022 de hectares foram desmatados no período 2003-2005. Fonte: Análise do Greenpeace das imagens de satélite do Prodes (2004)
- <sup>98</sup>Stickler et al (2004), citando o Instituto Socioambiental
- <sup>99</sup>Stickler et al (2004), citando o Instituto Socioambiental
- <sup>100</sup>Astor (2003)
- <sup>101</sup>www.brazil.studyintl.com/states/matogrosso/cities/sorriso.htm
- <sup>102</sup>Análise do Greenpeace das imagens de satélite Prodes (2004). 547.867 hectares no bioma Amazônia e cerrado; 149.000 hectares na Amazônia
- <sup>103</sup>Embrapa (2006)
- <sup>104</sup>Embrapa (1997)
- <sup>105</sup>Artigo 11 da Lei 10.418 de 15 de dezembro de 2003 www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Leis/2003/L10.814.htm
- <sup>106</sup>Benbrook (2004) e Benbrook (2005)
- <sup>107</sup>Benbrook (2005)
- <sup>108</sup>Benbrook (2005)
- <sup>109</sup>Heap (2004)
- <sup>110</sup>Benbrook (2004)
- <sup>111</sup>Coelho (2003)
- <sup>112</sup>Comunicação do Greenpeace com agrônomos do Ministério da Agricultura (2005). Dados baseados no Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta (TCRAC)
- <sup>113</sup>Coodetec (2005)
- <sup>114</sup>Kaimowitz et al (2004)
- <sup>115</sup>Iowa Farm Bureau Federation (2003), p. 43
- <sup>116</sup>AgWeb (2004)
- <sup>117</sup>Fearnside (2001) e Fearnside (2005)
- <sup>118</sup>Laurance et al (2004); ver também Laurance (2005). William Laurence é do Instituto de Pesquisa Tropical Smithsonian. Laurance et al (2004)
- <sup>119</sup>Margulis (2003)
- <sup>120</sup>Shean (2004)
- <sup>121</sup>Comunicação do Greenpeace com a bióloga Marília Kerr do Amaral (Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo), em 22 de fevereiro de 2006. De 1993 a 2000, ela trabalhou no Diagnóstico Social, Econômico e Ecológico do Programa de Desenvolvimento Agroecológico (DSEE PRODEAGRO), financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, uma organização do Banco Mundial
- <sup>122</sup>12.626 km<sup>2</sup>, incluindo as unidades de conservação estadual e federal. Fonte: Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)
- <sup>123</sup>487.992km<sup>2</sup> (53.5%) do estado do Mato Grosso está no bioma Amazônia, dos quais 152.540 km<sup>2</sup> (31,2%) já foram destruídos. Fonte: IBGE (2005) e análise do Greenpeace sobre as imagens de satélite do Prodes (2004)
- <sup>124</sup>Stickler CM et al (2004) p18 citando Fontes (2003)
- <sup>125</sup>Análise do Greenpeace baseada em imagens de satélite Prodes (2004). Ver também MMA (2005), p. 6
- <sup>126</sup>Margulis (2004)
- <sup>127</sup>The Economist (2004)
- <sup>128</sup>Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, 3 a 9 de abril de 2004
- <sup>129</sup>Steward C (2004) & Cohenca D (2005)
- <sup>130</sup>The Economist (2004)
- <sup>131</sup>AgWeb (2004) and AgWeb (2005)
- <sup>132</sup>A unidade de conservação incluiria as fontes do rio Manissauá-Miçu (afluente do rio Arraia, na Bacia do Rio Xingu), na margem leste da Rodovia Cuiabá-Santarém (BR 163), entre os municípios de Sinop e Itaúba e as áreas dos municípios de Itaúba, Marcelândia, Cláudia e União do Sul. Fonte: Governo do Estado de Mato Grosso (2004)
- <sup>133</sup>O "macaco branco" foi primeiramente descrito pela bióloga Marília Kerr do Amaral e, atualmente, está sendo descrito pela bióloga Juliana Gualda de Barros, do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo
- <sup>134</sup>Entre 1993 e 2000, os pesquisadores estiveram trabalhando no Diagnóstico Social, Econômico e Ecológico do Programa de Desenvolvimento Agroecológico (DSEE PRODEAGRO), financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, uma organização do Banco Mundial
- <sup>135</sup>Comunicação do Greenpeace com a bióloga Marília Kerr do Amaral
- <sup>136</sup>Entrevista do Greenpeace com Mergaron Txucarramãe, em Colider, Mato Grosso, em 19 de janeiro de 2006
- <sup>137</sup>Entrevista com Pedro Bueno de Lara, entre os municípios de Sinop e Itaúba, e áreas dos municípios de Itaúba, Marcelândia, Cláudia e União do Sul, em 19 de janeiro de 2006
- <sup>138</sup>UNB (2006)
- <sup>139</sup>UNB (2006)
- <sup>140</sup>Decreto Federal 1282/94
- <sup>141</sup>Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (2006)
- <sup>142</sup>Cargill Agrícola SA, Estrada Gladis, s/nº, Lotes 354 e 355 – Cuiabá. 78540-000 – Cláudia – MT; Bunge em Cláudia
- <sup>143</sup>Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal (2004)
- <sup>144</sup>Investigações de campo do Greenpeace, de maio a dezembro de 2005
- <sup>145</sup>www.imoveisvirtuais.com.br; www.mercadodeterras.com.br; www.fazendas.e1.com.br: www.sofazendas.com.br
- <sup>146</sup>Entrevista do Greenpeace com Alison Delcético, técnico da Secretaria de Agricultura de Feliz Natal, em maio de 2005
- <sup>147</sup>Investigações de campo do Greenpeace, de maio a dezembro de 2005
- <sup>148</sup>Entrevista do Greenpeace com Alison Delcético, técnico da Secretaria de Agricultura de Feliz Natal, em maio de 2005
- <sup>149</sup>Análise do Greenpeace baseada em imagens de satélite Prodes (2004)
- <sup>150</sup>Cargill, de Eliseu Zamberlan, Giovanni Zamberlan e Saul Stefanello; Bunge, de Eliseu Zamberlan e Agenor Favarin
- <sup>151</sup>Entrevistas e investigação de campo do Greenpeace, ao longo da rodovia BR 163, em agosto de 2005
- <sup>152</sup>Grilagem é a apropriação ilegal de terras públicas através da falsificação de títulos de terra
- <sup>153</sup>Bickel (2005), p. 17
- <sup>154</sup>COIAB (2006)
- <sup>155</sup>Para maiores detalhes sobre grilagem e métodos aplicados por grileiros, ver Greenpeace (2003)
- <sup>156</sup>Greenpeace (2005b)
- <sup>157</sup>Artigo 231 da Constituição Federal de 1988
- <sup>158</sup>O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 reconhece os direitos dos povos indígenas: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam.". Fonte: Ministério da Justiça (1996)
- <sup>159</sup>Comunicação do Greenpeace com Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, em 16 de fevereiro de 2006
- <sup>160</sup>Análise feita pelo Greenpeace das imagens de satélite Prodes (2004)
- <sup>161</sup>Phillips (2006)
- <sup>162</sup>Hall (2004)
- <sup>163</sup>O artigo 1 da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, o Comércio de Escravos, Instituições e Práticas Análogas à Escravidão, das Nações Unidas, de 1956, define o débito impagável como uma forma de escravidão
- <sup>164</sup>Diário do Pará (2006)
- <sup>165</sup>Repórter Brasil (2003)
- <sup>166</sup>CPT (2005)
- <sup>167</sup>CPT (2005)
- <sup>168</sup>Hall (2004)
- <sup>169</sup>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) www.mte.gov.br/Noticias/Conteudo/5773.asp
- <sup>170</sup>Marcelo Campos, coordenador do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, do Ministério do Trabalho
- <sup>171</sup>Grupo Maggi (2005a)
- <sup>172</sup>Bickel (2005), p.5
- <sup>173</sup>Bickel (2005), p. 11
- <sup>174</sup>USDA/FAS (2004b), p. 33
- <sup>175</sup>412km<sup>2</sup> e 419km<sup>2</sup>, respectivamente. Fonte: MMA (2005), p.10
- <sup>176</sup>Bromano (2006)
- <sup>177</sup>81.544 fora dos 150.000 hectares. Análise feita pelo Greenpeace das imagens de satélite Prodes (2004).
- <sup>178</sup>MTE (2004).
- <sup>179</sup>Em janeiro de 2005, o procurador do Ministério Público de Mato Grosso, Douglas Lingardi Strachicini, encaminhou uma ação judicial contra Penido, o gerente da fazenda e outros, por formação de quadrilha e infração aos direitos trabalhistas. Strachicini solicitou a prisão preventiva dos acusados para coibir suas atividades. No final de janeiro de 2005, o juiz Angelo Judai Júnior, do Distrito Judiciário de Querência, aceitou o caso. Fonte: Escritório da Procuradoria Pública, Canarana
- <sup>180</sup>Informações do banco de dados do governo SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>181</sup>Grupo Maggi (2005b)
- <sup>182</sup>Grupo Maggi (2005c)
- <sup>183</sup>Informações do banco de dados do governo SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>184</sup>Ministério Público Federal (2004).
- <sup>185</sup>Comunicação do Greenpeace com José Pedro Taques, Procurador da República, Ministério Público Federal
- <sup>186</sup>MTE (2006)
- <sup>187</sup>Comunicação do Greenpeace com José Pedro Taques, Procurador da República, Ministério Público Federal
- <sup>188</sup>MTE (2006)
- <sup>189</sup>MTE (2006)
- <sup>190</sup>MTE (2006) & MTE (2002b)
- <sup>191</sup>MTE (2002b)
- <sup>192</sup>MTE (2006)

- <sup>192</sup>O Greenpeace tem provas documentais que mostram que a Bunge e o Grupo André Maggi compraram soja da Agropecuária Tupy
- <sup>194</sup>MTE (2001)
- <sup>195</sup>MTE (2001)
- <sup>196</sup>MTE (2001)
- <sup>197</sup>MTE (2006)
- <sup>198</sup>US GAIN BR 4623, p4
- <sup>199</sup>Iowa Farm Bureau Federation (2003), p. 48
- <sup>200</sup>Iowa Farm Bureau Federation (2003), p. 49.
- Nota: Um acre mede cerca de 4000 metros quadrados
- <sup>201</sup>Kneen (2002)
- <sup>202</sup>Forbes (2004)
- <sup>203</sup>Apostila da Companhia Cargill (2005)
- <sup>204</sup>Romero (2004)
- <sup>205</sup>USDA/FAS (2004a), p. 9
- <sup>206</sup>Cargill (2002)
- <sup>207</sup>Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, de 11 a 17 de dezembro de 2004.
- <sup>208</sup>Informações do banco de dados do governo do SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>209</sup>Entrevista do Greenpeace com Felício Pontes Junior, Procurador-chefe do Ministério Público Federal em Belém, Pará (2006)
- <sup>210</sup>Processo 2003.39.02.001733-3, classe 9.108; MPF: Informação Técnica N° 065/00 – 4ª CCR, Brasília (DF), 7 de julho de 2000, Dossiê N° 030/2000 – 4ª CCR
- <sup>211</sup>Agravo de Instrumento No. .2000.01.00.019713/1/PA, Tribunal Regional Federal da 1a. Região – Brasília – DF, 29 de setembro de 2003
- <sup>212</sup>Ação de Atentado com pedido de liminar, Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Município de Santarém, Santarém/Belém, 12 de dezembro de 2003
- <sup>213</sup>Processo 2003.39.02.001733-3, classe 9.108, Santarém, 8 de janeiro de 2004.
- <sup>214</sup>Agravo de instrumento N 2004.01.00.000377-2/PA Processo na Origem 200339020017333, Brasília, 14 de janeiro de 2004
- <sup>215</sup>O Liberal, 27 de maio de 2004
- <sup>216</sup>Processo 2000.39.02.000141-0 07100. Ação civil pública, Santarém, 18 de maio de 2005; Glaser (2004)
- <sup>217</sup>Procuradoria da República no Pará (2006) sections/companyinfo/Franchising\_Broc.pdf Ziggers (2005)
- <sup>218</sup>Citado em Greenpeace (2006)
- <sup>219</sup>Cohenca (2005)
- <sup>220</sup>Lameira & Alencar (2002)
- <sup>221</sup>Glaser (2002)
- <sup>222</sup>Entrevista com Antenor Giovaninni, da Cargill de Santarém, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, 11–17 de dezembro de 2004
- <sup>223</sup>Steward (2004) e entrevistas do Greenpeace
- <sup>224</sup>Glaser (2004)
- <sup>225</sup>Glaser (2004)
- <sup>226</sup>Ver, por exemplo, a decisão do juiz federal a respeito de financiamento público para terras griladas na área de Santarém, Jornal de Santarém e Baixo Amazonas, 10–16 de abril de 2004
- <sup>227</sup>O Greenpeace obteve uma cópia do contrato
- <sup>228</sup>O Greenpeace obteve uma cópia do documento
- <sup>229</sup>O Greenpeace obteve uma cópia do documento registrado pelo INCRA
- <sup>230</sup>Análise do Greenpeace das imagens de satélite Prodes (2004)
- <sup>231</sup>Artigo 231 da Constituição Federal de 1988
- <sup>232</sup>www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/market/food\_supply\_initiative/food\_supply\_guidelines.htmlhttp://www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/market/food\_supply\_initiative/food\_supply\_guidelines.html
- <sup>233</sup>UN Global Compact and OHCHR (2005)
- <sup>234</sup>Análise do Greenpeace dos dados do MDIC/SECEX e www.exportadoresbrasil.com.br/g36157/servlet/serpro.siscomex.cadexp.servlet
- <sup>235</sup>No período de dezembro de 2004 a novembro de 2005, 25 países da Comunidade Européia importaram um total de 45,16 milhões de toneladas de grãos e farelo de soja; 6,45 milhões de toneladas (14,3%) foram exportadas do Mato Grosso em 2005. Fonte: Banco de dados do governo SECEX/MDIC/Aliceweb (2006) e Eurostat (2006)
- <sup>236</sup>Protocolo ICMS 18/05 'Dispõe sobre a remessa de soja em grão, do Estado de Mato Grosso para industrialização por encomenda no Estado de Minas Gerais, com suspensão do imposto', 11 de julho de 2005. www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20CONFAZ/Protocolo%20ICMS/Ano%202005/Arquivo/PT\_ICMS\_018\_05.htm
- <sup>237</sup>Banco de dados do governo no SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>238</sup>Banco de dados do governo no SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>239</sup>Respostas enviadas para o Greenpeace e para os colaboradores do Greenpeace, janeiro-fevereiro/2006.
- <sup>240</sup>O Greenpeace pode disponibilizar cópias das cartas, datadas do início de 2006
- <sup>241</sup>No período de dezembro de 2004 a novembro de 2005, 25 países da Comunidade Européia importaram do Brasil um total de 17,7 milhões de toneladas de grãos e farelo de soja; 6,45 milhões de toneladas foram exportadas de Mato Grosso em 2005. Fonte: Banco de dados do governo SECEX/MDIC/Aliceweb (2006) e Eurostat (2006)
- <sup>242</sup>'McDonald's factfile 2004', Departamento de Relações Corporativas, McDonald's Restaurants Ltda, 2004
- <sup>243</sup>McDonald's Mundial: 'Relatório de responsabilidade corporativa de 2004' http://www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/sr\_report.html
- <sup>244</sup>McDonald's: 'Política para a Floresta Tropical' www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/market/rain\_forest\_policy.html
- <sup>245</sup>FAQs do McDonald's do Canada www.mcdonalds.ca/en/aboutus/faq.aspx
- <sup>246</sup>Instituto Worldwatch (2005), p.24
- <sup>247</sup>'McDonald's factfile 2004', Departamento de Relações Corporativas, McDonald's Restaurants Ltda, 2004
- <sup>248</sup>Wallop (2006)
- <sup>249</sup>Rede de Franchising McDonald's', McDonald's Restaurants Ltda, 2004 www.mcdonalds.co.uk/resources/img/sections/companyinfo/Franchising\_Broc.pdf
- <sup>250</sup>Ziggers (2005)
- <sup>251</sup>McDonald's da Europa: 'Relatório de Responsabilidade Social' (2005, p 34) http://www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/sr\_report/otherreports.RowPar.0003.ContentPar.0001.ColumnPar.0029.DownloadFiles.0001.File.tmp/European\_Corporate\_Responsibility\_Report\_2005.pdf
- <sup>252</sup>McDonald's do Canadá: 'Meio ambiente' www.mcdonalds.ca/en/community/environment\_rainforest.aspx
- <sup>253</sup>McDonald's: 'Política para a Floresta Tropical' www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/market/rain\_forest\_policy.html
- <sup>254</sup>McDonald's: 'Política para a Floresta Tropical' www.mcdonalds.com/corp/values/socialrespons/market/rain\_forest\_policy.html
- <sup>255</sup>Website do Porto de Liverpool: www.merseydocks.co.uk/index2.htm
- <sup>256</sup>Website do Porto de Liverpool: www.merseydocks.co.uk/index2.htm Banco de dados do governo, SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>257</sup>Comunicações do Greenpeace com Aden Leek, nutricionista da Sun Valley Tram In, em 01 de janeiro de 2006, e Stewart Rowney, Gerente de Processamento de Rações, na Sun Valley de Herefor, em 06 de fevereiro de 2006
- <sup>258</sup>Comunicação com Stewart Rowney, Gerente de Processamento de Ração na Sun Valley, Hereford, em 07 de fevereiro de 2006
- <sup>259</sup>Sun Valley (2005)
- <sup>260</sup>Sun Valley (2005)
- <sup>261</sup>Comunicação do Greenpeace com Stewart Rowney, Gerente de Processamento de Ração, da Sun Valley de Hereford, em 7 de fevereiro de 2006
- <sup>262</sup>Sun Valley (2005)
- <sup>263</sup>e.Logistics (2002)
- <sup>264</sup>www.calssoftware.co.uk/custcase4.htm ou www.cargill.com/files/sve\_tram.pdf
- <sup>265</sup>Comunicação do Greenpeace com Aden Leek, nutricionista da Sun Valley Tram In, em 01 de janeiro de 2006, e Stewart Rowney, Gerente de Processamento de Ração, na Sun Valley de Hereford, em 6 de fevereiro de 2006
- <sup>266</sup>Comunicação do Greenpeace com Stewart Rowney, Gerente de Processamento de Ração, da Sun Valley de Herefor, em 07 de fevereiro de 2006
- <sup>267</sup>Informações do banco de dados do governo - SECEX SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)
- <sup>268</sup>Hendrix UTD. Fonte: Hendrix Meat Group (2006).
- <sup>269</sup>Ketting (2005), van Gelder JW et al. (2006) e identificação da balsa Tábula Rasa sendo carregada na Cargill de Amsterdam, em 29 de novembro de 2005, e desembarcando no terminal de Hendrix UTD em Deventer, Holanda, em 30 de novembro de 2005.
- <sup>270</sup>Holanda, Alemanha, Itália, Bélgica, França, Grécia e Reino Unido. Fonte: Sovion (2006)
- <sup>271</sup>Laurus (2004)
- <sup>272</sup>Companhia de ração para animais Heus Brokking Koudijs. Fonte: Ketting (2005)
- <sup>273</sup>De Heus (2004-5).
- <sup>274</sup>Comunicação do Greenpeace com Mr. Rooijen, assistente de compras da KFC da Holanda, em 27 de março de 2006 (gravação telefônica)
- <sup>275</sup>Soares-Filho et al, (2006)
- <sup>276</sup>Peres (2005), citando INPE (2004)
- <sup>277</sup>Gentry (1998)
- <sup>278</sup>Soares-Filho et al, (2006)
- <sup>279</sup>Peres (2005) citando Newmark 1995
- <sup>280</sup>Peres (2005)
- <sup>281</sup>Peres (2005)
- <sup>282</sup>Peres (2005)
- <sup>283</sup>www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=1924
- <sup>284</sup>MMA(2006). Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). Ministério de Meio Ambiente do Brasil www.mma.gov.br/port/sca/arpa/index.html (último acesso em 21 de março de 2006)
- <sup>285</sup>The Economist (2005)
- <sup>286</sup>Greenpeace (1997)
- <sup>287</sup>O uso pelo Greenpeace do termo 'Floresta tropical amazônica' neste relatório equivale ao termo 'bioma Amazônia', como foi mapeado pelo governo brasileiro em 2004.
- <sup>288</sup>CONAB (2006)
- <sup>289</sup>Protocolo ICMS 18/05 'Dispõe sobre a remessa de soja em grão, do Estado de Mato Grosso para industrialização por encomenda no Estado de Minas Gerais, com suspensão do imposto', 11 de julho de 2005. www.sefaz.am.gov.br/Areas/OpcaoSistemas/SILT/Normas/Legisla%E7%E3o%20CONFAZ/Protocolo%20ICMS/Ano%202005/Arquivo/PT\_ICMS\_018\_05.htm
- <sup>290</sup>Fonte da companhia de navios fretados para a exportação da soja: Shutter Group (2006). www.schuttergroup.com (ultimo acesso em 20 de março de 2006). Fonte dos portos de exportação de soja, informações fornecidas pelo banco de dados do governo: SECEX/MDIC/Aliceweb (2006)

*A floresta Amazônica é uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. Abriga cerca de 10% dos mamíferos do mundo e aproximadamente 15% das espécies conhecidas de plantas. Chega a ter mais de 300 espécies de árvores em um único hectare.*

Impresso em papel reciclado

O Greenpeace trabalha para proteger as florestas primárias remanescentes, sua biodiversidade e os povos que delas dependem.

# GREENPEACE

Abril 2006

Greenpeace Internacional

Ottho Heldringstraat 5  
1066 AZ Amsterdã  
Holanda

[www.greenpeace.org/forests](http://www.greenpeace.org/forests)

[www.greenpeace.org.br](http://www.greenpeace.org.br)